

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta as diretrizes gerais do projeto de Governo a ser conduzido por Germano Rigotto e Antônio Hohlfeldt.

Seu primeiro objetivo, de natureza estritamente política, é o de constituir-se em um alerta alto e persuasivo, capaz de fazer com que despertem e se mobilizem as correntes ideológicas e programáticas que, preservando a lucidez, reconhecem a urgência e a importância de obstar a perpetuação da nociva polarização que hoje drena a energia política dos gaúchos e condena o Estado à destrutiva alternância ente os extremos do leque partidário.

Nada há de mais urgente na atual conjuntura estadual do que resistir ao entrecchoque recorrente do brittismo e do petismo, pois o redemoinho formado pela disputa dessas forças antagonizadas está a criar artificialmente uma espécie de vácuo no centro do espectro político. Este movimento politicamente centrífugo é uma agressão ao imenso contingente de rio-grandenses que constituiu, historicamente, de maneira amplamente majoritária, o eixo central da opinião pública estadual e que hoje se encontra em estado ou de desconforto, assintonia e desorientação programáticas, ou de orfandade política.

Em segundo lugar, examinado cuidadosamente este ponto central da atual agenda política, o documento mostra como se modifica a pauta político-administrativa do Estado quando reorganizada a partir da posição de centro-esquerda aqui defendida. O efeito mais surpreendente desta correção do ponto de vista é o *realce aos aspectos positivos de nossa situação*, a ênfase sobre as imensas potencialidades de nosso Estado, hoje somente diminuídas pelo desastrado e desastroso confronto que se quer impingir aos rio-grandenses. Nossa proposta é, portanto, de otimismo com relação ao futuro do Estado.

De outra parte, nosso convite a uma avaliação ponderada da alternativa saudável e auspiciosa representada pela candidatura Rigotto/Hohlfeldt quer ser também um convite para que iniciemos de imediato a caminhada na direção de um Rio Grande reconciliado consigo mesmo, aberto para suas melhores oportunidades e sinergicamente mobilizado para preservar e elevar a sociedade gaúcha a novos patamares de prosperidade, justiça, civilidade e cultura.

O texto não pretende ser obra acabada, mas gostaria de constituir-se na base programática para o amplo debate que precisamos abrir, urgentemente, sobre o futuro do Estado. Por óbvio, ele não dispensa, antes exige, o detalhamento setorial das análises e propostas que alinha e que agora submete à discussão pela opinião pública estadual.

Mercê do conjunto de propostas ora apresentado ao Rio Grande a candidatura Rigotto/Hohlfeldt constitui-se no caminho para a superação dos impasses políticos que, dividindo o Estado, atrasam seu desenvolvimento social e econômico.

ÍNDICE

I - O RIO GRANDE DO SUL DE 2002: UMA CASA DIVIDIDA	
I.1 - O Principal Problema do Estado é Político	4
I.2 - Cooperação e Confiança	6
I.3 - A construção de uma nova maioria como o desafio maior da conjuntura presente	6
I.4 - Somente uma visão e uma postura de responsabilidade, de integração e de solidariedade nacional é digna do rio grande	8
II – DIRETRIZES FUNDAMENTAIS DE UMA NOVA AGENDA POLÍTICO- ADMINISTRATIVA PARA O RIO GRANDE	11
II.1 - Germano Rigotto tem e propõe uma visão otimista do Rio Grande do Sul	11
II.2 - A problemática do desenvolvimento econômico gaúcho: oportunidades e desafios	13
II.3 - O desafio do desenvolvimento regional funcional e equilibrado...	17
II.4 - Um novo pacto entre o governo, os servidores públicos e a sociedade	20
II.5 - As prioridades da área social	22
II.5.1. Educação	24
II.5.2. Saúde	30
II.5.3. Segurança Pública	35
II.6 - As prioridades de infra-estrutura	39
II.6.1. Energia	44
II.6.2. Estradas	45
II.6.3. Saneamento Básico	47
II.7 - O desafio das contas públicas	49

I - O RIO GRANDE DO SUL DE 2002: UMA CASA DIVIDIDA

1.1 - O PRINCIPAL PROBLEMA DO ESTADO É POLÍTICO

O mais grave dos problemas que afligem o Rio Grande do Sul neste início de século é o problema político. Nem os desafios econômicos, nem as graves questões sociais o superam e isto simplesmente porque, caso não sejam vencidos os impasses que hoje distorcem e travam nossa vida política, ficam de antemão prejudicados quaisquer esforços destinados ao enfrentamento dos demais problemas que no campo econômico, no domínio das finanças públicas ou na área social angustiam a todos os rio-grandenses.

Na verdade, a atual polarização do quadro político estadual – submetido já há quatro eleições, se contadas também as disputas de segundo turno, ao confronto entre brittistas e petistas - reflete a dificuldade que a sociedade gaúcha vem enfrentando para formar um consenso mínimo com relação a um núcleo básico de interesses estaduais permanentes.

A face mais visível deste problema, aquela que mais têm chamado atenção da opinião pública, se apresenta nas bruscas rupturas dos programas e ações de Governo, os quais, por que submetidos a soluções de continuidade e/ou alterações radicais, perdem eficiência, eficácia e resolutividade.

O exemplo mais conhecido é o da política de atração de investimentos, que, perseguida com grande agressividade pelo Governo anterior, foi desastrosamente posta abaixo pelo Governo olivista, culminando com a ruptura e perda do projeto de implantação da fábrica da Ford em Guaíba. Exemplos podem ser multiplicados com facilidade. Outro caso, é o da busca de financiamento junto às instituições multilaterais, pois enquanto o governo anterior preocupava-se em complementar os recursos para investimentos buscando o apoio do Banco Mundial e do BID para projetos nas áreas rodoviária, rural e de meio-ambiente, o atual Governo desinteressou-se pelo assunto passando a conduzir suas iniciativas na área internacional de maneira negligente e passiva. Do mesmo modo, a atenção dada pela administração anterior à segurança pública foi substituída por uma política errática e desleixada. Exemplo talvez ainda mais eloqüente é o representado pelo Programa Integrado de Melhoria Social – PIMES, programa exitoso e internacionalmente reconhecido

como modelo na área do desenvolvimento urbano, há três administrações constituindo-se na fonte principal de financiamento para as prefeituras do Estado, tendo viabilizado numerosíssimas obras de pavimentação, de iluminação pública, de construção de creches e postos de saúde por todo o Rio Grande do Sul e que foi criminosamente abandonado pelo petismo.

Como esses, haveria muitos outros casos a referir. Seria um erro, no entanto, imaginar que esta seqüência de descontinuidades é de mão única, porque é evidente que, efetuada a revanche, restabelecido o brittismo, as prioridades e iniciativas do atual Governo serão descontinuadas, mesmo aquelas que indubitavelmente encontram guarida na sensibilidade profunda dos gaúchos. Um exemplo disso será com certeza o relativo ao interesse do atual Governo pelos chamados sistemas locais de produção — o nome pernóstico que a administração olivista deu às cadeias industriais tradicionais da economia gaúcha, como é o caso da indústria moveleira ou calçadista ou também de agroindústrias consolidadas como a vinícola ou a de beneficiamento de grãos — pois, ao que se vê, a prioridade do programa brittista será novamente conferida aos grandes projetos. Do mesmo modo, nada faz pensar que a prioridade atribuída pelo atual governo ao envolvimento dos cidadãos nos assuntos de Governo, concretizada no chamado orçamento participativo, venha a ser sustentada.

É fundamental, entender, porém, que as descontinuidades administrativas são apenas a face mais visível dos danos e malefícios trazidos pelo clima de polarização política radicalizada que passou a prevalecer no Rio Grande do Sul de uns anos até o presente momento. Mais grave do que isso, é a alteração no estado de espírito dos cidadãos, a atitude negativa geral, a torcida para que tudo o que a outra parte propõe ou empreende encontre seu desfecho na inviabilização e no fracasso.

Este último ponto implica que o ambiente de polarização extremada não apenas afeta negativamente as condições de governança, mas converteu-se em um problema de sociedade, na medida em que gera e dissemina uma atitude negativista que induz a que se olhe sempre para o que há de ruim na situação do Estado, a fim de justificar a expulsão do adversário e os projetos de começar tudo de novo.

Na verdade, a polarização reflete a falta de consenso da sociedade sobre seus interesses fundamentais e é típica do sub-desenvolvimento. Na Europa os Governos mudam — às vezes mais à esquerda, outras mais à direita — mas as instituições e os programas de interesse fundamental da sociedade permanecem. Neste sentido, torna-se a cada dia mais evidente que a polarização está puxando o Rio Grande do Sul para trás. Esta situação está impedindo que abandonemos a

mentalidade e as posturas de confronto e antagonismo radicalizado que são típicas do atraso e do sub-desenvolvimento. É exatamente por essa razão que afirmamos a começar que hoje o *principal problema do estado é o problema político*.

1.2 - COOPERAÇÃO E CONFIANÇA

Tendo em vista os manifestos prejuízos implicados pela prevalência no Estado desse ambiente de conflito político, as forças que sustentam a candidatura Rigotto entendem que o primeiro dos objetivos a serem perseguidos pela aliança PMDB/PSDB/PHS é o de restabelecer no Rio Grande do Sul um clima de cooperação e confiança.

Esta definição de prioridade não deve ser vista como embasada apenas em uma avaliação de bom-senso, na evidência quase óbvia de que situações de antagonismo político radicalizado não constroem.

Na verdade, o que precisamos agregar a essa evidência proporcionada pelo senso comum esclarecido são as lições histórico-sociológicas de acordo com as quais o sucesso na construção de sociedades economicamente prósperas, tecnologicamente avançadas, socialmente equilibradas, encontra-se invariavelmente vinculado à existência de um ambiente caracterizado pela disposição à cooperação e pela existência de condutas solidárias. Lição que se complementa pela constatação de que quando isso não ocorre, quando nos deparamos com sociedades irremediavelmente divididas – deva-se isso, indiferentemente, a questões ideológicas, étnicas, religiosas ou sócio-econômicas –, o que se vê é o desastre econômico, social e civilizatório de países e regiões, quase sempre cumulativamente perdidos em meio ao autoritarismo político, ao sub-desenvolvimento e ao atraso cultural e tecnológico.

Na situação oposta, quando são disseminados os sentimentos de confiança e quando a esse padrão de condutas cooperativas se acrescentam valores comuns, alimentadores de projetos e ambições coletivas, encontramos as condições ideais para o sucesso de países e comunidades, os quais, sob tais condições, estão prontos para tirar o melhor de si mesmos: a disposição para o trabalho, para a inovação científica, tecnológica e empresarial e, em geral, para a construção de sociedades de alta motivação e criatividade.

1.3 - A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA MAIORIA COMO O DESAFIO MAIOR DA CONJUNTURA PRESENTE

Reportando as observações anteriores a nossa situação, o que cabe em primeiro lugar destacar é que o Rio Grande do Sul é uma sociedade que tem tudo para aproximar-se dessa situação ideal, cabendo justamente às forças políticas que lideram nossa sociedade se

empenharem para que se produzam e consolidem entre nós esses pressupostos culturais e atitudinais do processo de desenvolvimento.

Por certo, este conjunto de disposições, de atitudes fundamentais não pode ser criado de maneira voluntarista pelas lideranças políticas, pois ele só existe quando está disponível na base social um estoque de confiança formado ao longo dos anos, no curso de uma história de esforços, de realizações, de insucessos e de vitórias compartilhadas. Mas quando há, como é o caso do Rio Grande do Sul, esta base comum, então deve-se ter como obrigação principal e primeira das lideranças políticas preservar este capital social fundamental.

Lastimavelmente, não é isso o que se vê no Estado, face a prevalência e a persistência entre nós do antagonismo férreo entre brittistas e petistas e esta é a razão pela qual vimos insistindo, repetidamente, que, antes da agenda administrativa, os políticos e a cidadania rio-grandense precisam enfrentar a agenda política e o maior dos desafios nela colocados: o de por fim à polarização atual e de restabelecer no Estado o pluralismo das coordenadas políticas históricas do Estado.

Se tivermos êxito nessa empreitada, se conseguirmos por fim aos conflitos estéreis que hoje drenam o melhor das energias do Rio Grande, é certo que o dinamismo da sociedade gaúcha se imporá por si mesmo.

A demonstração deste ponto pode ser feita com facilidade, se examinarmos um a um os pontos que mais tem crispado o debate entre brittistas e petistas.

Considere-se, por exemplo, a face política do antagonismo em pauta. Para os brittistas o autoritarismo petista representa a iminência de implantação no Rio Grande do Sul de uma sociedade totalitária. Já para os petistas, o brittismo é a expressão mais pura e radicalizada do autoritarismo neo-liberal, do predomínio forçado do chamado "pensamento único".

É notório, no entanto, que nem uma, nem outra acusação são verdadeiras. Obviamente não se pode cogitar da existência de totalitarismo em uma situação em que é livre a imprensa, normal o funcionamento das instituições parlamentares e reduzida a latitude do exercício discricionário dos meios de coerção. E também em absoluto não procedem as acusações de autoritarismo neo-liberal a um Governo que teve democraticamente aprovados no parlamento todos os seus grandes projetos.

De outra parte, é também evidente que a acusação petista de que a administração de Antônio Britto foi uma expressão pura do ideário neo-liberal não corresponde aos fatos, tendo em vista o forte grau de intervencionismo estatal que caracterizou o governo anterior e que se refletiu, seja na ativa política de atração de investimentos mediante

o uso pesado de incentivos fiscais, seja na implementação impositiva de um programa de renovação cultural e institucional no setor público.

Por certo, havia nesse programa uma zona coincidente com as prescrições neo-liberais, como é notoriamente o caso do programa de privatizações. Mas é igualmente incontestável que o uso dos recursos hauridos com a venda das estatais se fez mais segundo uma inspiração neo-keynesiana, de ampliação do gasto público, do que segundo a receita liberal de utilizar tais fundos para fins de amortização da dívida pública. Inversamente, neste mesmo terreno, pode-se dizer que o esforço petista de conter a alta dos salários dos servidores indica uma preocupação fiscal que não deixou de ser apreciada por Pedro Malan, alegadamente o principal corifeu do neo-liberalismo no Brasil.

Do mesmo modo, na área econômica parece evidente que o esforço de diversificação da matriz produtiva estadual mediante a atração de grandes investimentos, ainda que onerosa do ponto de vista fiscal, consultava o melhor interesse do Estado, sobretudo tendo em vista a oportunidade, que não podia ser perdida, do desdobramento no país de um grande ciclo de investimentos no setor automotivo ao final dos anos 90. Mas, de outra parte, é claro que não é menos legítima a preocupação do governo atual de valorizar e de defender a modernização da base industrial tradicional do Estado, ainda que seja de lamentar-se que o Governo Olívio pouco mais tenha feito nesta área do que renovar o vocabulário, assumindo não mais do que a posição de torcedor dos denominados sistemas locais de produção.

Não é necessário alongar-se na apresentação desses pontos de dissenso, nem estender a demonstração de que a perpetuação desse conflito em nada contribui para o progresso do Estado, para o bem-estar e a paz dos gaúchos.

Baste neste momento simplesmente afirmar o ponto fundamental do qual arranca a candidatura Rigotto: a necessidade urgente de criar uma nova maioria, de restabelecer na cena política rio-grandense a prevalência da centro-esquerda, hoje abafada por uma polarização entre esquerda e direita que distorce e falseia os sentimentos políticos mais firmes e profundos dos gaúchos: aqueles que, nascidos na tradição trabalhista, ao tempo do regime autoritário, encontraram expressão política no MDB e que, restaurada a plenitude democrática, vieram a constituir a alma do PMDB e do PSDB.

1.4 - SOMENTE UMA VISÃO E UMA POSTURA DE RESPONSABILIDADE, DE INTEGRAÇÃO E DE SOLIDARIEDADE NACIONAL É DIGNA DO RIO GRANDE

Ao apresentar à opinião pública rio-grandense a candidatura Rigotto/Hohlfeldt, a coligação PMDB/PSDB/PHS entende de seu dever explicitar sua visão das relações que devem e precisam ser mantidas entre o Governo do Estado e o Governo Federal.

Pode-se-ia pensar, por certo, que tais relações são pautadas pela própria Constituição e que, afinal, as relações entre as esferas de Governo estão bem fixadas pela modelagem federativa de nossas instituições.

Embora seja isso verdade, é preciso lembrar que a vida concreta das sociedades vai muito além daquilo que é fixado em seus textos legais, de sorte que também com relação à questão federativa são possíveis vários posicionamentos e atitudes e é a posição da coligação com relação a esta problemática fundamental que passamos a expor.

A candidatura Rigotto sustenta, antes de mais nada, a idéia de que no federalismo sadio, a problemática dos Estados é indissociável da problemática nacional e que as ações dos governos federal, estadual e municipal devem ser cooperativas e sinérgicas, voltadas à busca dos efeitos multiplicadores da identidade de objetivos e da convergência das iniciativas.

Dada a normalidade institucional, este princípio é sempre verdadeiro, mas ele ganha especial oportunidade e contornos práticos de grande relevância num momento como o que estamos a viver, no qual a capacidade de investimento do Governo Estadual encontra-se reduzida, sendo vital a participação federal para superação de gargalos na infra-estrutura econômica e social do Estado. Exemplos a este respeito poderiam ser multiplicados profusamente, mas baste elencar, no presente momento, o caso das obras de duplicação da BR 101 que precisa se transformar na ESTRADA DO MERCOSUL, da extensão do gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre, da construção da usina térmica de Candiota, da viabilização do metrô de Porto Alegre, da ampliação do Porto de Rio Grande, dentre vários outros grandes projetos.

No entanto, para além dessas questões de interesse direto do Estado, a candidatura Rigotto entende de seu dever chamar os rio-grandenses para uma atitude alta: de compromisso indesviável com o bem do Brasil. E é nesse sentido que firma uma posição clara de apoio às conquistas do Governo Fernando Henrique Cardoso, notadamente (i) a estabilidade democrática, (ii) a estabilidade da moeda e (iii) a recuperação do respeito pelo país na órbita internacional.

Esse compromisso maior, no entanto, não exclui, antes exige, um posicionamento igualmente firme com a mudança e o avanço em todas aquelas áreas em que isso notoriamente se impõe. Precisamos reduzir a dependência externa do país e isso exige tanto uma agressiva política de comércio exterior - de resto de tanto interesse para o Rio Grande! - quanto uma política nova de re-substituição de importações, política esta que não é senão um movimento natural e necessário de afirmação da necessidade de ampliarmos a capacidade produtiva de nosso país. Precisamos também de políticas voltadas à redução das desigualdades

de renda e, em geral, de melhoria das condições de vida dos contingentes mais pobres e fragilizados da sociedade brasileira.

É para manter as conquistas da era Fernando Henrique Cardoso e para dar com segurança os passos à frente que o presente nos impõe que a candidatura Rigotto hipoteca integral solidariedade à candidatura Serra e integra-se com entusiasmo à grande aliança entre PMDB e PSDB, que constitui sua base de sustentação política.

Por fim, assinale-se que este posicionamento firme e claro com relação à necessidade de preservar as principais conquistas do Governo Fernando Henrique Cardoso e de proceder as mudanças que parecem indispensáveis, adquire uma importância verdadeiramente dramática face aos riscos de desestabilização do país trazidos pelas candidaturas Ciro Gomes e Luiz Inácio da Silva.

Com efeito, ambos os candidatos oposicionistas se aproveitam demagogicamente da insatisfação gerada pelos problemas estruturais e históricos do país para proporem transformações bruscas e radicais no status quo econômico-financeiro, as quais, se levadas a termo com o voluntarismo e a radicalidade anunciados, levarão o país a uma crise de grande gravidade, uma crise frente a cujas convulsões os sobressaltos venezuelanos parecerão insignificantes e brandos.

Aliás, é por esta razão que as candidaturas do Sr. Antônio Britto e do Sr. Tarso Genro esforçam-se por deixar em segundo plano a questão nacional. O brittismo parece encabulado com a coligação monstruosa que rodeia o Sr. Ciro Gomes e desconfiado com as mudanças de posição, com as advertências e admoestações e agora também com os afagos de Brizola; já o candidato petista também deixa em segundo plano a candidatura Lula, temendo a reação da opinião pública esclarecida face aos notórios riscos de desestabilização nela embutidos, pois, não obstante o esforço contemporalizador do candidato e de seus porta-vozes, o petismo não deixa claro se quer meter o país na trilha de uma revolução social começada pela via eleitoral, ou se, diferentemente, empreenderá um reformismo radical, também ele capaz de lançar o país em impasses institucionais e econômico-financeiros da maior gravidade.

II - DIRETRIZES FUNDAMENTAIS DE UMA NOVA AGENDA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA PARA O RIO GRANDE

Seria expressão de um desejo justificado, mas vazio, postular a superação do presente estado de polarização política sem submeter aos gaúchos os pontos básicos de uma nova agenda político-administrativa. E do mesmo modo seria leviano e vão apresentar a proposta de criação de uma nova maioria sem apresentar, pelo menos de maneira geral, as coordenadas programáticas que devem orientar este novo centro de equilíbrio da vida política rio-grandense.

É por esta razão que nas páginas que seguem, a coligação que dá sustentação à candidatura Rigotto submete à opinião pública rio-grandense as idéias que devem sustentar, ainda que em termos iniciais, o projeto aqui apresentado: o projeto de renovação da política estadual e de trânsito de nossa vida pública a um novo período político, estruturado em torno de uma agenda alternativa.

II.1 - GERMANO RIGOTTO TEM E PROPÕE UMA VISÃO OTIMISTA DO RIO GRANDE DO SUL

A primeira, a mais elementar e básica das premissas da proposta de constituição de uma nova agenda política para o Rio Grande do Sul não é nenhum ponto programático e nem mesmo um valor ético ou político fundamental. É uma tese sobre a necessidade de mudar nossas atitudes e posturas com relação a situação do Estado.

O que queremos dizer é que a renovação política que precisamos fazer deve partir da recusa de continuar a ver a situação estadual sempre sob as cores sombrias que o ataque permanente e recíproco das forças políticas em confronto cria continuamente.

Por que se é verdade, como dissemos acima, que no quadro da polarização talentos e energias estão sempre direcionados à identificação dos erros da parte adversa, dos custos que suas opções políticas trazem embutidos e para os prejuízos que as atitudes das forças políticas contrapostas trazem ao bem dos gaúchos, então é evidente que tendem a se generalizar as visões e sentimentos pessimistas sobre a situação do Estado. E esta é a razão pela qual deve ser atribuída à polarização uma parte muito importante do pessimismo com que se freqüentemente se encara a situação rio-grandense.

No entanto, é evidente que esses sentimentos negativos – além de em nada contribuírem para que cuidemos de explorar energicamente as oportunidades que nos são abertas, antes

estimulando sentimentos de desesperança e condutas vencidas – absolutamente não se justificam.

O Rio Grande do Sul é um estado economicamente forte, bastando lembrar como comprovação que nossa sociedade ocupa a quarta posição, se considerarmos a hierarquia dos Estados brasileiros com relação ao PIB.

A evidência desse peso econômico muito considerável se confirma ainda mais nitidamente quando lembramos que nossa produção industrial é a terceira do país, que nossa produção agropecuária é a quarta e que nosso setor exportador disputa com Minas Gerais o segundo posto na ranking nacional.

Essas informações quantitativas não fazem mais do que dar precisão ao que todos sabemos, a saber:

- que temos uma agricultura grande, moderna, produtiva, tradicionalmente reconhecida no país;**

- que nossa pecuária é, além de ser, do ponto de vista zootécnico, a melhor do país, possui grande peso econômico, como se vê a cada EXPOINTER;**

- que nossa base industrial é ampla e diversificada, sustentando um agro-negócio diferenciado, moderno e pujante, como é o caso do complexo sojícola, da vitivinicultura, da suinocultura, da produção de frangos;**

- que temos uma indústria tradicional de excelente competitividade, como é o caso das indústrias calçadista e moveleira;**

- que, por último mas não com menor importância, na indústria de transformação, dispomos de um setor muito moderno, formado pelas atividades da indústria química, petroquímica, siderúrgica, metal-mecânica, de informática, de auto-peças e automobilística, o qual abre grandes perspectivas para o desenvolvimento dinâmico de nosso Estado.**

Mais importante ainda, o que devemos reconhecer é que o Rio Grande do Sul goza desses destaques antes de mais nada porque tem um povo trabalhador, uma mão de obra educada, um empresariado dinâmico, uma juventude cheia de esperança e de legítimas ambições.

Na verdade, precisamos reconhecer que essas potencialidades são tão fortes que mesmo quando se tem um Governo estadual que abomina a sociedade de mercado, que gera um clima hostil aos negócios, como se vê atualmente, nossa produção econômica pode se manter e crescer.

É exatamente por isso que sustentamos que, mais do tudo, está a faltar ao Rio Grande do Sul é UNIDADE sinergia: um ambiente que motive e estimule sentimentos de confiança e atitudes de cooperação.

Nossa primeira e principal tarefa tem que ser, portanto, a de criar uma mentalidade e uma cultura comprometida com um otimismo responsável, evidentemente assentado na realidade, livre de sonhos vãos e de utopias irrealizáveis, mas confiante em que, menos divididos e antagonizados, temos todas as condições de realizarmos nossas melhores esperanças.

Se fizermos isso, com certeza não perderemos as imensas oportunidades que se abrem para o nosso Estado.

III.2 - A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO GAÚCHO: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Como é amplamente conhecido, nos anos 90 a economia brasileira passou por grandes e profundas transformações. Em primeiro lugar, houve o desmonte – certamente brusco e desorganizado, mas não obstante isso, inevitável e necessário – do aparato protecionista até então predominante no país. Em seguida, a partir do final do Governo Itamar, foi lançado com êxito extraordinário o Plano Real, graças ao qual, depois de décadas, retornou ao Brasil a estabilidade de preços e da moeda.

Os condicionantes externos da primeira dessas mudanças se encontravam na aceleração do processo de globalização. Já a segunda dessas grandes mudanças estruturais – o êxito, enfim alcançado, na luta contra a aparentemente invencível tendência à alta acelerada de preços na economia brasileira – foi conseqüência de que no início dos anos 90 generalizara-se a convicção de que as soluções de compromisso entre, por um lado, a lógica do modelo anterior¹ e, por outro lado, a necessidade de efetivamente debelar a inflação, não levariam a lugar algum, sendo urgente revisar inteiramente, não apenas as premissas das políticas monetária, fiscal e cambial, mas o próprio modelo de desenvolvimento do país.

Este não é o momento de entrar em uma avaliação pormenorizada do ocorrido naqueles anos. O que importa registrar aqui é que esta alteração em coordenadas básicas do desenvolvimento nacional teve grande impacto sobre a estrutura produtiva, seus efeitos tendo se rebatido em maior ou menor grau em todos os quadrantes e setores da vida econômica do país.

Resumidamente, se pode dizer que em um primeiro momento as alterações em pauta foram altamente positivas, tendo levado a um melhor aproveitamento da capacidade instalada e a uma importante ampliação do mercado interno, baseada no incremento da renda real dos estratos inferiores da pirâmide de rendimentos.

¹ Lógica esta cujos termos principais eram (i) a preservação do Estado como principal indutor do desenvolvimento, (ii) o projeto voluntarista, de obter uma alta mobilização de recursos econômicos a partir de iniciativas governamentais, (iii) a subestimação da importância das relações econômicas externas e (iv) a negligência com relação aos desequilíbrios fiscais.

No entanto, os efeitos e rebatimentos da nova situação sobre a estrutura produtiva não foram linearmente positivos. Com efeito, se, por um lado, a abertura comercial e a rápida evolução dos investimentos diretos induziram um acelerado processo de modernização tecnológica e indiscutíveis ganhos de produtividade, por outro lado, não elevaram senão muito modestamente a taxa global de investimentos do país, que continua baixa.²

Em um outro plano, foram certamente danosos os efeitos da apreciação cambial embutida em toda a primeira etapa do programa de estabilização, a qual inibiu fortemente o crescimento das exportações, contribuiu para o desequilíbrio da balança de transações correntes e penalizou os setores e regiões para os quais as atividades voltadas ao mercado externo têm maior peso.

Esta a principal razão pela qual o desempenho econômico agregado do Rio Grande do Sul durante o período de Governo Britto foi tão insatisfatório, no obstante o esforço e o êxito daquela administração em promover investimentos, especialmente industriais, dos quais resultou uma significativa diversificação da matriz produtiva do Estado.

Por certo, depois de fevereiro de 1999 foram alteradas profunda e corretamente as coordenadas do Plano Real, pois com a desvalorização do câmbio abriram-se novas perspectivas para a economia brasileira - perspectivas novas e boas, muito especialmente para as regiões em que o peso da exportações com relação ao PIB é estruturalmente superior ao da média nacional, como é notoriamente o caso do Rio Grande do Sul.

Esta, como já observamos anteriormente, a razão fundamental pela qual nosso Estado teve durante os últimos quatro anos um desempenho relativamente satisfatório e consistentemente superior à média nacional, a despeito de que a gestão dos assuntos econômicos do Estado pelo atual Governo tenha sido pífia.

Este ponto, aliás, nos remete para a questão central sobre o qual deve centrar-se a discussão sobre o programa econômico que o Rio Grande do Sul precisa seguir neste início de século, quando, já amadurecido o Plano Real, o Brasil se vê desafiado a estabelecer novas bases para seu desenvolvimento, em decorrência dos grandes déficits em transações correntes que vêm colocando o país numa intolerável dependência do ingresso de capitais externos para fechamento do Balanço de Pagamentos.

O que importa destacar é que nesse cenário de busca da melhoria de resultados nas contas externas será indispensável e altamente prioritário, conseguir um movimento combinado de (i) expansão acelerada de exportações e de aceleração do processo de (ii) re-substituição de importações.

² Cf Robson R. Gonçalves A política industrial em uma perspectiva de longo prazo, IPEA, Rio de Janeiro, setembro de 1998, Texto para discussão n° 590, p. 1-2.

Ora, essas inevitáveis prioridades nacionais abrem para o Rio Grande do Sul grandes oportunidades, pois como já tivemos ocasião de observar várias vezes, o maior coeficiente de abertura da economia gaúcha comparativamente ao da economia brasileira faz com que o crescimento das exportações impacte de maneira mais forte e profunda o conjunto da economia gaúcha do que o faz com relação à economia brasileira

No entanto, também com relação à substituição de importações, são boas as perspectivas do Estado, especialmente na área de alimentos, bebidas, química e petroquímica, pois temos uma base industrial dinâmica e preparada para aproveitar as oportunidades abertas seja para a introdução de novos ramos, seja para a diferenciação de produtos, exigida pelos padrões de consumo até agora satisfeitos com importados e que agora precisam e podem ser substituídos.

É fundamental ter presente, porém, que o aproveitamento das oportunidades a que se acaba de aludir só será consistente se as facilidades relativas trazidas pela desvalorização cambial forem utilizadas para introduzir melhorias estruturais nas condições de produção local.

O que precisamos fazer e o que o Estado deve estimular é:

- que a retomada das exportações se faça associadamente à diversificação e à qualificação do fluxo de exportados, de modo a aumentar o valor agregado médio e a ter como resultado, especialmente no que diz respeito aos manufaturados, um efetivo processo de substituição de exportações;
- que o aproveitamento das oportunidades de substituição de importações não implique uma regressão da qualidade dos bens substituídos, pois qualquer afastamento significativo dos padrões prevalecentes no perfil de consumo mundial será muito frágil, sendo altamente provável que venha a soçobrar fulminantemente tão logo erodida a barreira cambial atual;
- que tais mudanças estejam associadas à melhoria e à modernização das condições de produção local - seja com relação a produtos, seja no que tange a processos.

A estas considerações de caráter macro-econômica e a indicação geral das perspectivas que se abrem para o desenvolvimento na presente etapa do desenvolvimento brasileiro, convém agora agregar alguns pontos mais específicos, que sirvam como referência para ação de fomento e apoio governamental ao aproveitamento pelo setor privado das oportunidades estruturalmente abertas para o Estado na presente quadra histórica.

Especialmente relevantes para a promoção do desenvolvimento do Estado são as iniciativas seguintes com as quais a candidatura Rigotto/Hohlfeldt:

- **retomar a política de atração de grandes investimentos cujo objetivo é estruturar eixos dinâmicos e multiplicadores da renda e do emprego de qualidade no RS, uma vez que estes ganhos na diversificação da estrutura produtiva do Estado e de renovação de sua base institucional pela agregação de novas empresas e marcas ao patrimônio produtivo gaúcho permitirá aproveitar de maneira maximizada as oportunidades atualmente abertas para a economia estadual;**
- ***incentivar e estimular, fiscal e por meio de crédito favorecido, a modernização dos sistemas industriais locais mediante o apoio a: (i) investimentos estratégicos capazes de eliminar pontos de estrangulamento no fornecimento de matéria primas; (II) investimentos de vanguarda do ponto de vista tecnológico e (III) investimentos destinados à atualização de produtos em termos de qualidade design;***
- **buscar recuperar as áreas economicamente degradadas do Estado através de uma política voltada especificamente para as regiões de minifúndio e agricultura familiar da região noroeste, tratando de identificar atividades industriais capazes de estruturar cadeias que aproveitem os produtos de origem local, como já foi feito no Estado nos casos do frango e do leite;**
- **no caso da Metade Sul, (I) incentivar a modernização das atividades já existentes (setores conserveiro, de carnes e de doces) mediante incorporação de novas tecnologias e o estímulo à adoção de práticas empresariais mais atualizadas; (II) estimular o aproveitamento e a industrialização dos produtos minerais disponíveis como é notoriamente o caso do granito e mármore, que poderão se beneficiar muito das condições favoráveis ao comércio exterior que ora se verificam**
- **reforçar a Secretaria de Agricultura e a EMATER a fim de garantir um apoio efetivo à diversificação e ao incremento de produtividade em todas as linhas de produção, de modo a preservar a posição do RS entre os grandes produtores nacionais e a aproveitar plenamente as oportunidades abertas para expansão das exportações;**
- **complementar a política de incentivos ao desenvolvimento econômico, apoiando especialmente a criação e a preservação de pequenas e médias empresas, notadamente na área dos serviços, cujo papel na geração de emprego e no incremento da renda é de alta relevância, representando uma contribuição muito efetiva aos esforços de tornar a sociedade rio-grandense mais justa do ponto de vista social; neste caso a formação de uma rede de instituições de micro crédito e treinamento para o pequeno empreendedor é um instrumento privilegiado, que o**

Estado, apesar das dificuldades fiscais do momento, precisa assegurar.

Este conjunto de indicações é suficiente para mostrar como a oposição entre grandes e pequenos investimentos, entre projetos dinâmicos e re-estruturadores da matriz econômica do Estado e atividades tradicionais e estagnadas, prevalecente na cena pública gaúcha nos últimos anos é inteiramente artificial e sem fundamento, na verdade um sub-produto perverso do processo de polarização, no qual não se deve ver senão mais uma razão para deixar para trás as divisões estéreis que vem atrasando o Rio Grande do Sul nos últimos anos.

11.3 - O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL FUNCIONAL E EQUILIBRADO

Nos desenvolvimentos anteriores fizemos repetidamente avaliações positivas sobre a economia e a sociedade rio-grandense e sublinhamos fortemente as oportunidades que nos são abertas na presente conjuntura.

Esta visão otimista da situação presente e do futuro do Rio Grande do Sul não nos deve impedir, contudo, de reconhecer as dificuldades e problemas que afetam a realidade estadual e que, não obstante nossa posição relativamente privilegiada no contexto nacional, são graves e inaceitáveis.

Dentre tais dificuldades, do ponto de vista macro-econômico e macro-social, a mais grave diz respeito às grandes desigualdades que separam as regiões do Estado e que desfiguram a paisagem econômico-social de nossa terra.

No presente contexto, importa-nos destacar uma dessas grandes zonas de dificuldades, a constituída pelas flagrantes desigualdades existentes entre as várias regiões do Estado, desigualdades estas que tendem a se cristalizar e que se constituem numa desfiguração inaceitável da paisagem econômica e social do Rio Grande.

A observação deste ponto, não constitui, por certo, novidade, pois a distribuição geograficamente desigual do desenvolvimento rio-grandense é um fenômeno conhecido há bastante tempo. Em um primeiro momento, o tema foi destacado com relação à chamada Metade Sul e ganhou grande notoriedade quando foi objeto de uma das falas iniciais do próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao início de seu primeiro mandato presidencial.

No entanto, mais recentemente, a discussão sobre as desigualdades regionais geradas ao longo da história do Estado aprofundou-se e o diagnóstico da situação foi se tornando mais diferenciado. Concretamente, isto implicou que se passasse a reconhecer que também a situação da faixa norte e noroeste do território estadual é

altamente crítica, em decorrência, principalmente, da regressão da lavoura de soja em pequenas propriedades, fenômeno de grandes proporções e que assume cores especialmente dramáticas tendo em vista que em meados de anos 70 essa era uma região muito próspera, para a qual se previa um desenvolvimento notável. Além disso, vem sendo observado também que a região do chamado litoral Norte tende a se constituir em uma zona de dificuldades, sobretudo em vista da formação de núcleos de pobreza urbana na periferia dos principais balneários do Estado.

O mais grave, porém, é que, não apenas a tendência espontânea dos novos investimentos é preservar o atual perfil de distribuição espacial de distribuição das atividades econômicas -onde avultam as vantagens de aglomeração da Região Metropolitana de Porto Alegre e da Região Serrana- mas também o fato de que quando da realização dos grandes investimentos politicamente induzidos do Governo Britto prevaleceu a mesma tendência de localização em regiões consolidadas.

Em vista disso, face à penosa situação de regiões totalmente estagnadas, de antigas cidades se transformando em cidades fantasmas, com casas abandonadas e muita pobreza, face sobretudo ao contínuo fluxo migratório que expulsa a população jovem do interior do Estado e os empurra seja para as áreas de expansão agrícola em outras regiões do Brasil, seja para as periferias das grandes cidades do Estado e do país, torna-se urgente transformar a questão do desenvolvimento regional em uma prioridade política, a qual o Governo precisa dedicar o melhor de seus esforços.

Evidentemente, nesta frente os problemas são de natureza estrutural, co-extensivos ao desenvolvimento histórico do Rio Grande do Sul neste século e não são passíveis de resolução imediata a partir dos instrumentos à disposição do Governo do Estado. Contudo, seria um desastre se a consciência dessas limitações se transformasse em pretexto para postergar iniciativas e para depreciar a força transformadora que o Governo do Estado possui, sempre que agindo de maneira coerente, sistemática e duradoura.

Esta, portanto, é a razão que leva a coligação PMDB/PSDB capitaneada por Rigotto/Hohlfeldt a tomarem como um eixo estratégico de sua proposta de fortalecimento econômico e social do Estado a promoção de um desenvolvimento regional mais dinâmico e mais justo no Rio Grande do Sul. Na verdade, nossa convicção é que a atenção ao desenvolvimento regional, se implementada com efetividade, terá ganhos que transcenderão à melhora no padrão de distribuição espacial das atividades econômicas e que, ademais disso, trarão ganhos muito importantes com relação à geração de empregos e à redução das desigualdades sociais.

A Política Estadual de Desenvolvimento Regional cujas definições principais ora submetemos à opinião pública rio-grandense tem, portanto, três objetivos:

- induzir a geração de novos focos dinâmicos na economia estadual;
- reduzir as diferenças de renda e bem-estar social hoje prevalecentes entre as principais regiões do Estado e
- promover a geração de ocupação e empregos na base social, no coração do Rio Grande, pois somente se tivermos novas áreas dinâmicas na economia rio-grandense poderemos reduzir o número de desempregados na Capital, na Região Metropolitana e nas principais cidades, eis que é a migração do interior carente de oportunidades que alimenta este fluxo contínuo da população empobrecida que busca trabalho nas grandes cidades

Na difícil situação fiscal em que se encontra o Rio Grande do Sul, a política de desenvolvimento só poderá ser implementada em uma escala razoável e eficaz se estruturada em função de diretrizes capazes de ter efeitos multiplicadores, resultantes do aproveitamento sinérgico de várias instituições, da cooperação de vários atores e da reunião de recursos obtidos junto a fontes diversas.

Por esta razão o Plano de Governo de Rigotto/Hohlfeldt propõe a estruturação da política de desenvolvimento regional assente sobre os seguintes princípios:

- *Princípio da concentração:* de acordo com este princípio as (i) transferências voluntárias a municípios, as operações de crédito favorecido, (ii) os investimentos situados fora do núcleo dinâmico da economia estadual, bem como (iii) a utilização dos instrumentos específicos da política de desenvolvimento regional - créditos favorecidos, incentivos fiscais especiais, operações de concessão de avais e tomada de participações societárias - deverão convergir para as regiões deprimidas;
- *Princípio da complementaridade:* de acordo com o princípio da complementaridade todos os aportes estaduais para a política de desenvolvimento regional deverão ter contrapartida em gastos públicos locais, de tal sorte que a política de desenvolvimento regional será ao mesmo tempo um poderoso instrumento de cooperação inter-institucional dentro da esfera pública;
- *Princípio da parceria:* de acordo com o princípio da parceria toda a ação de fomento estadual deve estar integrada em metas de participação e envolvimento da iniciativa privada e, em geral, da comunidade local no plano de ação destinado a reverter a

situação regional indesejável.

Mesmo uma apresentação inicial da política de desenvolvimento regional que estamos a propor não pode deixar de lado uma indicação dos instrumentos que deverão ser utilizados para sua implementação. Este, por certo, é um ponto que exigirá discussões mais aprofundadas. No entanto, estamos persuadidos que para a execução da política de desenvolvimento regional que temos em vista deverão ser criados e utilizados pelo menos os seguintes:

- *Fundopem regional*, cuja diretriz operacional será a ampliação dos benefícios do atual FUNDOPEM nas operações de apoio a projetos desenvolvidos nas áreas definidas como prioritárias;
- *Investimentos em infra-estrutura regional*, assim classificados no orçamento do Estado;
- *Fundo de promoção do desenvolvimento empresarial regional*, a ser criado dentro da política operacional da Agência de Desenvolvimento do Estado.

O primeiro destes instrumentos deverá incentivar incentivos diferenciados para investimentos a serem realizados nas áreas definidas como prioritárias pela Política de Desenvolvimento Regional. O segundo deverá ser um esforço para incluir nas diretrizes orçamentárias do Estado uma preferência para as regiões definidas como prioritárias dentro da Política de desenvolvimento regional com relação aos investimentos em *infra-estrutura a previstos pelo orçamento estadual, incluindo-se aí empresas e autarquias*. O terceiro instrumento, enfim, propõe que na política operacional da Agência de Desenvolvimento do Estado seja atribuída prioridade aos investimentos em desenvolvimento regional, para o que se definirá uma linha de crédito especial na política operacional da Agência.

Por último, mas certamente com não menor importância, entendemos que a prioridade a ser atribuída à questão do desenvolvimento regional exige que a base institucional para sua *implementação tenha alto relevo e destaque dentro do sistema de administração pública do Estado*, razão pela qual a candidatura Rigotto/Hohlfeldt compromete-se desde já com a criação de uma Secretaria do Interior e do Desenvolvimento Regional.

II.4 - UM NOVO PACTO ENTRE O GOVERNO, OS SERVIDORES PÚBLICOS E A SOCIEDADE

Faz já alguns anos procura-se fazer predominar entre os formadores de opinião e na própria sociedade a idéia de que o serviço público e os servidores públicos são um peso, uma carga que, infelizmente, a sociedade tem que carregar. Em suas versões mais irresponsáveis esse

pensamento alimenta a idéia de que muito melhor seria se conseguisse ter uma sociedade sem Estado, sem serviço público e sem servidores e funcionários.

Esta visão é nefasta, profundamente prejudicial ao melhor interesse da sociedade, pois na verdade precisamos desesperadamente de bons serviços públicos, notadamente no núcleo da chamada área social, o que é simplesmente dizer que precisamos desesperadamente de bons serviços de educação, de saúde e de segurança.

Isto é verdade até mesmo em sociedades ricas, mas é muito mais verdadeiro ainda em sociedades como a nossa, onde a pobreza está ainda muito longe de ter sido eliminada e na qual as populações de menor renda freqüentemente se encontram em situação desesperadora, sem condições mínimas para assegurarem com recursos próprios, junto ao setor privado, a indispensável provisão desses serviços fundamentais.

Além disso, em uma sociedade tão desigual como a brasileira, é evidente que a rede pública de educação, mantidos padrões mínimos de qualidade, é um importantíssimo fator de equalização de oportunidades entre os jovens integrantes das novas gerações, uma vez que uma boa rede de ensino público permite reduzir pelo menos parte dos diferenciais de formação que são decisivos no traçado do destino profissional das pessoas e, assim, das condições de bem-estar que terão ao longo de suas vidas.

É essencial entender, porém, que não haverá boa educação, bons serviços de saúde, segurança pública efetiva sem servidores públicos. Mais do que isso: sem servidores públicos motivados e comprometidos com a atividade-fim a que estão vinculados. Ou, por outra: professores, médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, policiais militares e civis são os agentes indispensáveis mediante os quais pode ser dada a educação de nossos filhos, pode ser feita a prevenção das doenças e o tratamento de nossos próximos, assim como assegurada a defesa de nossa integridade física e patrimonial.

Ora, nem o Governo de Antônio Britto, nem o Governo de Olívio Dutra compreenderam este ponto essencial. O primeiro, a partir do PDV, endossou a visão fiscalista com relação aos servidores, encarando-os simplesmente como um fonte de gastos e desperdícios a ser reduzida e controlada. O segundo, desde o primeiro momento do Governo, cuidou de fazer do serviço e dos servidores públicos um instrumento para promoção da ideologia e do programa de seu partido.

Para mudar esse quadro que se perpetua ao longo dos governos é preciso, antes de mais nada, resgatar uma concepção REPUBLICANA do serviço público. O que é dizer que precisamos por fim tanto à visão fiscalista do serviço público, quanto às práticas de manipulação política e ideológica da máquina pública.

De outra parte, porém, isso necessariamente implica que os servidores eles próprios tem que recuperar a visão de si mesmos como agentes do interesse público, renovando, deste modo, seu compromisso fundamental com o público, com os membros da sociedade a cujo serviço eles precisam estar, eis que serviço público, essencialmente, é isso: servir ao público.

É a esta mudança de mentalidade, de cultura com relação ao serviço público que a candidatura Rigotto convida os rio-grandenses.

Levá-la a cabo, implica a celebração de uma nova aliança entre o Estado, a sociedade e os servidores públicos.

Essa aliança implica, em primeiro lugar, que o Estado deixe de considerar os servidores como um custo ou uma despesa a ser cortada e passe a vê-los com o mais nobre instrumento de cumprimento de suas funções.

Ela implica, em segundo lugar, que a própria sociedade abandone a visão ressentida e curta do serviço público predominante nos últimos anos e que volte a ver nos serviços públicos e nos servidores os agentes indispensáveis da educação das novas gerações, da prevenção e da promoção da saúde, da garantia da segurança pessoal e patrimonial dos cidadãos.

Em terceiro lugar, como já dissemos, essa aliança implica também que os próprios servidores públicos resgatem seu papel essencial de servidores do público.

É partir dessa renovação de mentalidade que passarão a fazer sentido os esforços de modernização de instrumentos e processos de trabalhos, assim como é somente a partir dessas referências que as questões salariais poderão ser tratadas de maneira racional: livre das motivações fiscalistas e corporativistas que atualmente toldam os espíritos e provocam um conflito sem fim do Estado com os servidores, vale dizer, do Estado consigo mesmo.

II.5 - AS PRIORIDADES DA ÁREA SOCIAL

O Rio Grande do Sul foi reiteradas vezes classificado pelo PNUD-ONU como o primeiro Estado no que tange ao Indicador de Desenvolvimento Humano.

Esta posição privilegiada com relação a vários indicadores sociais, não quer dizer, porém, que a situação do Rio Grande do Sul possa ser considerada satisfatória em termos absolutos e nem mesmo em termos relativos se o termo de comparação for o quadro existente nos países desenvolvidos. Na verdade, o Estado tem ainda muito que avançar em todas as dimensões críticas da vida social, sendo longo o caminho que precisamos percorrer para alcançarmos uma situação efetivamente satisfatória com relação aos indicadores sociais nas áreas da educação,

da saúde, da segurança e da assistência social às populações mais fragilizadas, notadamente a infância desvalida.

Por esta razão, ao apresentarmos as coordenadas programáticas da candidatura Rigotto/Hohlfeldt é fundamental esclarecer as orientações prioritárias que temos para essas áreas.

Antes de mais nada, é preciso enfatizar que essas áreas - educação, saúde, segurança e assistência social - se constituem no núcleo fundamental das funções que o Estado precisa necessariamente desempenhar, sobretudo em sociedades como a nossa, gravemente marcadas por desequilíbrios de renda, de educação, de saúde e, em geral, de bem-estar.

Igualmente importante é reiterar que a melhoria dos indicadores sociais depende diretamente da ação do Estado, de suas condições para assegurar os serviços sociais fundamentais de maneira muito ampla e se possível universalizada e com padrões de qualidade pelo menos equivalentes aos obtidos pela prestação privada de tais serviços.

Ora, a verdade é que este padrão desejável de excelência ainda está longe de ser alcançado. Isto se deve seja a razões de ordem financeira -a escassez de recursos públicos que dificulta a expansão e a qualificação dos serviços-, seja a razões de ordem gerencial e também, sob certo aspecto, de ordem cultural.

O que queremos dizer é que a gestão pública dos grandes serviços sociais lastimavelmente vem sendo feita de maneira profundamente insatisfatória, com inaceitável despreocupação com a satisfação e o benefício dos destinatários finais dos serviços. Além disso, é preciso reconhecer que o compromisso dos próprios servidores com o serviço público vem se diluindo nos últimos anos, havendo uma tendência ao predomínio de temas corporativistas e políticos na agenda proposta pelos servidores para o debate sobre a participação do Governo na prestação dos grandes serviços sociais.

Por essa razão, antes de entrar na discussão das prioridades que precisam ser perseguidas em cada área, é indispensável firmar o compromisso da candidatura Rigotto/Hohlfeldt com as atividades-fim dos serviços, com uma gestão voltada antes acima de tudo para a satisfação final de seus usuários.

Esta a razão pela qual, em todas as áreas, se cuidará de implantar um sistema confiável de indicadores de eficácia, resolutividade e eficiência dos grandes serviços prestados pela área pública, indicadores esses cujos resultados serão objeto de divulgação ampla em toda a sociedade.

11.5.1 EDUCAÇÃO

• Observações gerais

A maior rede de serviços, públicos ou privados, existente no Rio Grande do Sul é a constituída pela rede estadual de educação pública.

Esta rede tem a maior população alvo de qualquer serviço ou empresa existente no Estado (em 2000, em números redondos: 888 mil alunos no Ensino Fundamental e 379 mil no ensino médio, totalizando 1 milhão e 277 mil matrículas), o maior número de servidores (em 2000, somente o contingente de professores em exercício era de 74.957) e o maior número de estabelecimentos: nada menos do que 3.012 escolas.

Em vista desta ordem de grandeza, é preciso repetir: não há no Rio Grande do Sul nenhum serviço de maior impacto e importância social, nenhum serviço que apresente desafios gerenciais comparáveis, nenhuma área mais decisiva para determinação do futuro -das condições de vida e bem-estar- das novas gerações.

Além disso, é preciso incansavelmente reafirmar o imenso potencial da educação com relação à melhoria de todos os indicadores sociais, pois nenhuma variável social de base é mais fortemente correlacionada ao nível de renda dos indivíduos e famílias do que o nível de escolaridade.

O que é dizer que o acesso ao ensino de qualidade é o principal mecanismo de compensação das desigualdades econômicas de base e o principal canal de viabilização da mobilidade social ascendente.

Neste sentido, deve-se dizer que uma educação verdadeiramente republicana, capaz de cumprir eficazmente essas funções, é condição indispensável para que se construa uma sociedade apta a garantir, minimamente, a igualdade das oportunidades. Uma sociedade que se faça, assim, democrática também no sentido material da palavra, vale dizer: uma sociedade que seja aberta e permeável do ponto de vista econômico e social e culturalmente receptiva à afirmação objetiva do mérito individual.

Ora, face a essa imensa escala do aparelho educacional público rio-grandense, face a importância absolutamente ímpar de seus serviços -elementos que fazem dele o maior e o mais poderoso dos instrumentos de promoção social em operação no Estado- é absolutamente inaceitável que a realização dessas funções fundamentais esteja sendo feita de maneira inercial e rotineira, enquanto todo o esforço das lideranças e gestores da área educacional se concentra no debate e na atenção à pauta salarial e corporativa dos professores.

Este ponto, de conhecimento geral e difuso de todos quantos acompanham o debate sobre educação no Rio Grande do Sul, foi

evidenciado de maneira documentada, precisa e minuciosa no trabalho que o grupo de educação desta equipe de Plano de Governo desenvolveu para subsídio da campanha Rigotto/Hohlfeldt ao Governo do Estado.

Considerado do ponto de vista dos destinatários dos serviços de educação, a lição mais importante, o ponto de maior realce desse relatório é que temos no Estado, há décadas, todos os esforços, todos os talentos de todos os atores essenciais de nosso sistema público de educação focados em assuntos do interesse corporativo dos professores. Da maneira mais evidente, do ponto de vista do debate público, tudo se passou nos últimos vinte anos como se a problemática da educação rio-grandense se reduzisse e esgotasse na questão da remuneração dos docentes e nos demais aspectos de sua vida funcional, notadamente o Plano de Carreira.

Evidentemente não se pretende aqui negar a importância da agenda corporativa e sindical, pois é natural e mesmo desejável que um corpo funcional do tamanho e da importância do magistério público estadual faça valer suas reivindicações de maneira clara e forte.

O que, contudo, precisa ser mudado é o exclusivismo desta pauta, cuja prevalência absoluta se faz em detrimento dos interesses mais gerais da sociedade gaúcha, notadamente das crianças e jovens das classes sociais economicamente menos aquinhoadas, os quais recebem uma educação de melhor ou pior qualidade em função do compromisso e da competência individual de cada professor, mas sem que nem o Governo, nem as lideranças do próprio magistério assumam clara e objetivamente que a única razão de ser da rede é bem servir a população infantil e jovem deste Estado, notadamente daqueles cujas famílias não possuem condições para custear privadamente o curso longo de seus estudos.

Por essa razão é vital para o Estado, para educação das crianças e jovens que constituem a clientela natural do sistema de educação pública que a educação volte a ser preocupação e cuidado essenciais tanto do magistério, quanto dos gestores públicos –a começar pelo próprio Governador do Estado-, resgatando-se com seriedade e determinação a verdade simples de que a rede pública de educação existe para bem servir àqueles que a procuram e que precisam dela.

Esta ênfase na atividade-fim não pode fazer esquecer que a rede não poderá resgatar adequadamente esse compromisso se seus operadores – o magistério gaúcho - não for valorizado, não apenas retoricamente, mas em suas condições efetivas de trabalho, a começar, por certo, por remunerações adequadas. Por essa razão, o compromisso com a educação tem que ser também um compromisso com o magistério, a ser celebrado, porém, com realismo e sinceridade, dentro das condições de possibilidade de financiamento do setor público

gaúcho e em horizontes de tempo compatíveis com o tamanho do problema a resolver.

Na seqüência, à luz dessa orientação geral da candidatura Rigotto/Hohlfeldt para o setor, apresentaremos resumidamente, alguns dos pontos que compõem a política educacional que pretendemos oferecer aos gaúchos.

• Desafios fundamentais da política de educação no Rio Grande do Sul

Tendo em vista, por um lado, a dimensão da questão educacional no Estado e, por outro, as responsabilidades abrangentes que o Governo Estadual não pode deixar de assumir com relação ao assunto, entendemos que colocam-se aos responsáveis pela administração da educação no Estado, na verdade em parceria com a União, os Municípios e a própria sociedade os seguintes desafios:

- promoção da qualidade no ensino fundamental, uma vez que o acesso está praticamente universalizado;
- aumento das matrículas no ensino médio, com aumento da oferta de vagas na rede estadual em resposta à demanda da sociedade;
- promoção da qualidade no ensino médio;
- expansão e diversificação da educação profissional, em função das exigências do mercado de trabalho;
- implementação da educação de jovens e adultos, por meio de programas de alfabetização de adultos e oferta de cursos adequados de ensino fundamental e médio;
- melhoria do atendimento na educação especial, para promover quando possível a inclusão em classes regulares e consolidar parcerias com instituições como as APAE;
- expansão da oferta de educação infantil, mediante coordenação do esforço dos Municípios e, quando possível, assistência técnica e financeira aos mais necessitados;
- Ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior, mediante a consolidação, despartidarização e qualificação da UERGS.

Detalhar os objetivos específicos a serem perseguidos no enfrentamento de cada um desses desafios, especificar iniciativas e providências a serem tomadas em cada uma dessas frentes de trabalho é tarefa que vai além do escopo deste documento de Diretrizes.

É mister deixar claro, não obstante, que a candidatura Rigotto/Hohlfeldt, com relação à problemática envolvida em cada um destes grandes temas da problemática educacional do Estado, tem posições definidas de encaminhamento, dentre as quais destacamos para apresentação no presente contexto as seguintes.

O desafio da qualidade do ensino público

Tendo em vista a abrangência da rede pública de educação no Estado e o fato de que no nível fundamental se pode ter a questão do acesso ao ensino como basicamente resolvida, não é difícil entender porque a questão da qualidade do ensino público torna-se necessariamente uma grande prioridade.

A questão de fundo é que, sem qualidade, a rede pública não pode realizar satisfatoriamente sua função equalizadora das competências e habilidade cognitivas, sua missão de superar ou, pelo menos, de reduzir as vantagens que os filhos da famílias das classes altas e médias tem no aproveitamento das oportunidades profissionais e no esforço para constituir situações de vida econômica e socialmente satisfatórias.

Uma escola republicana tem que ser uma escola de qualidade, sob pena de frustrar a expectativa de que o sistema público de educação faculte a aos jovens egressos de qualquer estrato ou classe social as habilidades necessárias à integração satisfatória e -quando o talento, o esforço e o mérito pessoal assim o permitirem- à liderança e ao destaque na vida econômica, cultural e política da sociedade.

É preciso, reconhecer, porém, que o esforço para garantir a qualidade do ensino público é necessariamente complexo e multifacetado.

Em primeiro lugar é preciso qualificar os próprios professores, promovendo e fomentando um processo de atualização e formação permanente.

Em segundo lugar, é indispensável que o recrutamento dos novos docentes seja feito tendo em vista essa necessidade de qualificação do ensino público, o que exige, pelo menos, que, diferentemente do que escandalosamente ocorre atualmente, incluam os concursos provas específicas, em se avalie a proficiência dos candidatos nas respectivas áreas da educação.

Em terceiro lugar, é indispensável fazer um esforço especial para equipar as escolas da rede com laboratórios e bibliotecas, embora assumindo que estes avanços tenham que se fazer paulatinamente, em termos compatíveis com a realidade fiscal do Estado.

Em quarto lugar é indispensável o endosso pleno aos procedimentos de avaliação externa do aprendizado, pois eles são, não apenas um elemento balizador da situação em que se encontra o sistema de educação pública com relação a sua atividade-fim, mas também um poderoso fator de emulação positiva para docentes e alunos. Aliás, a interrupção do processo de avaliação externa iniciado no Governo Britto e interrompido pela presente administração é um dos exemplos eloqüentes do papel nocivo desempenhado pela administração pública estadual nos últimos anos.

Em quinto lugar, é também importante que a administração da rede pública de educação incorpore à rotina do sistema de administração a fixação de metas com relação a indicadores reconhecidos. Mais especificamente é importante, no ensino fundamental, definir parâmetros se possível quantitativos para a obtenção da alfabetização completa, da capacitação para o cálculo aritmético, para a aquisição das informações geográficas, sociais e institucionais básicas referentes ao Brasil e ao Estado. Já no caso do ensino médio importa buscar a habilitação efetiva dos egressos para prosseguimento dos estudos no plano universitário ou para ingresso competente no mundo do trabalho, neste caso também fixando metas definidas, seja com relação ao domínio da língua portuguesa, da matemática e das ciências adequados e próprios do ensino médio, seja com relação à efetiva aquisição pelos concluintes das competências gerais necessárias à interpretação de dados, fatos e situações, à busca de informações e a capacidade para interagir e cooperar em ações coletivas e ordenadas.

• *A necessidade de desideologização da rede de ensino público*

Não fosse a situação verdadeiramente excepcional e anômala criada pelo atual Governo com a utilização deliberada de rede pública de ensino para fins ideológicos e políticos e não teria cabimento mencionar em um documento de campanha sobre Diretrizes de um novo Governo um apartado sobre o assunto que ora versamos. E isto porque parece evidente que o ensino público não pode estar submetido as opções político-ideológicas do governante de turno, senão que precisar fixar-se em valores permanentes e universais, qualquer tomada de posição sobre questões relativas à opção por modelos sociais alternativos tendo que ser tratada com muita isenção, em situações que garantam o pluralismo das opiniões e que não procurem cristalizar no aparelho de Estado as opções filosóficas e programáticas dos governantes.

Tendo em vista, porém, primeiramente, o conteúdo das provas de seleção para ingresso no magistério público estadual nas quais se exigia dos candidatos familiaridade com a literatura marxista e notadamente com sua variante gramsciana, considerando, também, a difusão em massa ao alunato de cartilhas de caráter notoriamente marxistizante e de radicalizada crítica social, torna-se inevitável tomar partido público sobre o ponto e comprometer-se com devolver às instituições de ensino público do Rio Grande o seu caráter republicano, pondo fim ao esbulho político-ideológico que hoje vemos.

• *O desafio das responsabilidades ampliadas na gestão da educação no Rio Grande do Sul*

A principal tarefa da rede pública de ensino no Rio Grande do Sul foi sempre a de prover ampla possibilidade de acesso de crianças e jovens na rede ensino público de nível fundamental e médio. Não cabe dúvidas quanto ao caráter essencial e prioritário de tais encargos

na gestão da educação no Estado, tendo em vista seja a escala e complexidade da prestação adequada de tais serviços.

Todavia, tendo em vista, por um lado, a tendência e a necessidade de ampliação da rede de pré-escolas e, por outro lado, a criação da Universidade Estadual, é forçoso reconhecer que se ampliam os encargos sob responsabilidade do Estado na área de educação e a necessidade de posicionar-se adequadamente com relação a esses novos desafios.

No caso da educação infantil, de responsabilidade precípua dos municípios, há, contudo, responsabilidades que o Estado precisa assumir, cabendo-lhe, notadamente coordenar os esforços municipais para expansão da rede de pré-escolas e zelar para que tais iniciativas se façam em obediência a padrões pedagógicos adequados. Zelo este que precisa estar associado à prestação da assistência técnica necessária, incluindo-se aí o desenvolvimento de programas de formação para os profissionais que trabalham no sistema de pré-escolas.

Já com relação ao outro extremo do sistema público de educação do Estado – o do ensino universitário- o que cabe antes de tudo destacar é a necessidade de garantir que a UERGS adquira os contornos adequados a uma instituição de ensino superior de caráter verdadeiramente republicano, começando pela pronta realização de concursos públicos para preenchimento dos cargos.

Ademais - também neste caso! - é imperiosa e notória a necessidade da despartidarização e desideologização da instituição. Não menos importante e urgente é ainda a necessidade de ajustar o perfil da nova instituição, de modo a prevenir, que ela venha a consolidar-se como uma instituição universitária convencional e de baixa qualidade, seja que se transforme em uma escola de formação de quadros e lideranças ligados mais ou menos diretamente ao petismo. Neste caso, o desafio principal é encontrar uma linha de desenvolvimento para a UERGS que lhe garanta um lugar próprio no sistema de ensino superior do Estado, o qual, ao que tudo indica, deve voltar-se em primeira mão para o atendimento de necessidades de formação de quadros do próprio setor público, no nível estadual como municipal.

Isso com a gestão democrática

A gestão democrática e a autonomia da escola são princípios definidos na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases. São princípios sadios e elevados, cujo observância é em tudo e para todos desejável.

No entanto, para a candidatura Rigotto/Hohlfeldt este compromisso geral, por assim dizer, recebe um reforço muito particular, uma vez que, enquanto representante do PMDB, a candidatura Rigotto é depositária e herdeira de uma tradição de avanços e conquistas nesta área. Com efeito, coube historicamente

ao PMDB implantar na rede de ensino público estadual os mecanismos efetivos de exercício da autonomia administrativa e financeira das escolas.

Garantir a continuidade e os aperfeiçoamentos de tais mecanismos, notadamente pela regularização dos repasses financeiros, pelo fortalecimento dos conselhos escolares, pelo estímulo à valorização da competência profissional como requisito indispensável ao exercício das funções diretivas, estes, pois, os compromissos que assumimos com satisfação e seriedade frente a comunidade escolar do Estado.

11.5.2 SAÚDE

• Observações gerais

A preservação da vida humana, através da prestação adequada de serviços de saúde ao conjunto dos cidadãos é a tarefa mais nobre, prioritária e irrenunciável do Estado. Esta prestação, para ser realizada de modo satisfatório, deve ser universal e de fácil acesso, avessa portanto às paralisias, atrasos e descasos que resultam da burocratização excessiva, da interferência política e da escolha inadequada de prioridades.

O Sistema Único de Saúde – modelo complexo que rege a prestação de serviços públicos de saúde no Brasil, responsável por avanços significativos nos indicadores de saúde de nossa população na última década – assenta-se na articulação e cooperação das ações e recursos da esfera pública federal, estadual e municipal. Sua eficácia e resolutividade requer que essa articulação e essa cooperação se traduzam em uma descentralização efetiva de responsabilidades, ações e serviços.

No plano estadual, a gestão do Sistema Único de Saúde implica a regionalização e municipalização das atividades de planejamento, gerência e execução dos serviços. Equívocos e erros nessa repartição de encargos trazem sempre graves repercussões para o funcionamento do sistema.

Entre outros, exemplos de tais erros, dos ônus trazidos pela falta de planejamento e má administração, são, presentemente, o caso das especialidades médicas e dos serviços de urgência e emergência, em que há um inaceitável estrangulamento no acesso a consultas e exames e nos atendimentos.

Além disso, a preponderância de critérios estritamente político-partidários distorceu enormemente, quando não paralisou, as atividades de planejamento do Conselho Estadual de Saúde e dos conselhos municipais de saúde; e é também notório que a retenção injustificada dos repasses legais aos municípios atrasou gravemente o processo de municipalização dos serviços de saúde.

As propostas que seguem visam corrigir os erros existentes na atual

gestão do Sistema Estadual de Saúde, seja melhorando o funcionamento administrativo da Secretaria Estadual de Saúde, seja reorientando e definindo prioridades, seja enfim modificando a forma de relacionamento com os diferentes agentes do sistema, notadamente as prefeituras e os conselhos municipais de saúde.

Nesse processo de correção de rumos, terá importância decisiva o abandono da atual subordinação das questões de saúde a interesses político-partidários de toda a sorte, cuja onipresença tem distorcido tanto as relações da Secretaria Estadual de Saúde com as demais instâncias do sistema, quanto obstaculizado a implementação de programas federais de saúde de grande alcance, como é o caso do Programa de Saúde Familiar.

Diretrizes e Programas

Em primeiro lugar e no plano mais geral de sua atuação, a Secretaria Estadual de Saúde deve assumir integralmente a Gestão Plena do Sistema Estadual de Saúde, exercendo, contínua e sistematicamente, o papel de mediadora das relações entre municípios, assumindo ainda a responsabilidade pelo cadastro, contratação, controle, avaliação e autoria, bem como pagamento aos prestadores dos serviços sob supervisão estadual.

Em segundo lugar, a Secretaria Estadual de Saúde deve promover ativamente a descentralização das políticas de saúde e dos recursos correspondentes, assegurando ao mesmo tempo o efetivo controle social. Nesse aspecto, é de urgência fortalecer o Conselho Estadual e os Conselhos Municipais de Saúde, desvinculando-os dos interesses da política partidária, interesses que com freqüência indesejável distorcem o objetivo de controle social dessas instituições.

Por outro lado, é igualmente indispensável promover a capacitação técnica dos conselheiros, de molde a facultar-lhes um melhor entendimento da legislação e das políticas de saúde.

Em terceiro lugar, é de urgência a criação de políticas integradas de saúde, com a participação da União, do Estado e de municípios de referência, com repasse de recursos fundo a fundo.

Neste contexto, serão fortalecidos os pólos regionais de assistência à saúde, mediante a criação de um sistema de repasses aos municípios-sede. Serão criados novos pólos regionais de atendimento de urgência e emergência (pronto-socorro), notadamente em Santa Maria, Pelotas, Passo Fundo, Canoas, Uruguaiana e Ijuí, valendo-se dos programas federais para urgência e emergência, lamentavelmente pouco aproveitados pela atual administração.

Ação complementar indispensável nesse sentido, será a criação de uma rede adequada de transporte de urgência e emergência nas

regiões-pólo. Ainda com referência a este quadro de problemas, se promoverá a expansão da oferta de serviços médicos de média complexidade (tais como atendimento oftalmológico e preventivo de câncer de mama, próstata e útero).

Os programas destinados a melhorar as condições de acesso da população aos serviços, particularmente com respeito a situações que apresentam hoje graves e inaceitáveis distorções, como, entre outras, as seguintes:

- estrangulamento de acesso a consultas e exames, notadamente em especialidades médicas;
- atendimento caótico em urgências e emergências, onde são freqüentes a falta de atendimento, leitos e equipamentos;
- indisponibilidade de medicamentos de uso contínuo e medicamentos básicos na rede pública;
- distribuição inadequada de leitos hospitalares e carência de atendimento de emergência em traumatologia.

Também nesta área o Governo Rigotto propõe-se, num primeiro momento, a iniciativas destinadas a implantar rapidamente mecanismos de gestão vigorosos destinados a enfrentar as dificuldades mais críticas, para em seguida estender essas iniciativas ao conjunto do sistema.

No tocante ao critério fundamental para repasse de recursos aos municípios – para estas e outras políticas de saúde – será utilizado o critério populacional, com um mínimo de 50%, segundo reza a legislação federal. De outra parte, será excluído o critério de prioridade regional na forma em que vem sendo utilizado pelo atual governo (definição pelo orçamento Participativo), tanto por ser carente de cientificidade, como por estimular a disputa político-partidária nas reuniões dos conselhos municipais de saúde, através de intervenções dos delegados do OP.

Ainda no tocante a repasses, o Governo Rigotto garantirá, mediante prévia negociação com as diferentes esferas do Sistema Estadual de Saúde, recursos permanentes para transferência direta, de forma regular e automática, para permitir que os municípios possam programar e executar adequadamente suas ações de saúde. Duas fórmulas de repasses serão apresentadas para discussão com os municípios:

- o repasse municipal, destinado a todas as localidades e com base no mesmo critério per capita;
- o repasse regional, para municípios-pólo, como incentivo à gestão plena de saúde, em especial para os que assumirem serviços de referência regional.

Um quarto princípio do ação do Governo Rigotto na área da Saúde será a implantação de um atendimento básico resolutivo, através do ajuste, expansão e articulação do Programa de Saúde da Família e do Programa de Agentes Comunitários, instrumentos de ação inexplicavelmente negligenciados pela atual administração.

Como é sabido, a atuação das equipes de Saúde da Família devidamente treinadas podem dar solução para os principais problemas de saúde da comunidade através do planejamento de um trabalho interdisciplinar em equipe que oferece um abordagem integral para as famílias. Ações educativas e de prevenção, aliadas aos atendimentos básicos de baixa complexidade, podem resolver 85% dos problemas de saúde da população.

Em conexão com o programa de Saúde da Família e o Programa de Agentes Comunitários, o Governo Germano Rigotto dará prioridade a Ações de Saúde Preventiva.

Na verdade, a implantação de programas preventivos que contemplem os ciclos vitais, através de protocolos de ação e da capacitação da rede de atenção é a forma mais eficaz de oferecer atenção integral em saúde. Os seguintes programas serão implantados ou aperfeiçoados, quando existentes:

- *Saúde da Criança*, destinado a assegurar a vigilância nutricional, as imunizações e a assistência e controle das doenças comuns na infância (p.ex., infecções respiratórias e diarreias), além de consultas e exames em todos os níveis de complexidade, sem lista de espera.
- *Saúde do Adolescente*, com ações como prevenção ao uso do tabaco, álcool e outras drogas, prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e da Aids; prevenção de gravidez na adolescência, além de acompanhamento emocional aos jovens, nos casos em que isso se fizer necessário.
- *Saúde da Mulher*, com ações envolvendo incentivo ao pré-natal, incentivo ao aleitamento materno, prevenção de colo de útero e de mama, planejamento familiar, bem como ações de controle da violência, particularmente a de gênero, em integração com outras esferas de governo.
- *Saúde do Adulto e do Trabalhador*, com ações destinadas à prevenção de Diabetes Mellitus e da hipertensão arterial. Outras ações incluirão a promoção, proteção, recuperação e reabilitação dos trabalhadores, tanto urbanos como rurais, submetidos aos riscos e agravos provenientes do trabalho. Para a execução adequada desse objetivo, serão qualificados recursos humanos específicos, hoje em número insuficiente. Farão parte desse programa atividades destinadas à erradicação do trabalho infantil e à conscientização quanto

ao uso indiscriminado de agrotóxicos. Em cooperação com as universidades estaduais e em articulação com as Secretarias da Agricultura e de Ciência e Tecnologia serão estimuladas pesquisas em agroecologia e transgenia com controle público com vistas à produção de alimentos adequados para a população em geral.

- ***Saúde do Idoso***, com ações de promoção da qualidade de vida e saúde do idoso, com a finalidade de permitir um máximo de vida ativa junto à comunidade e à família, com o maior grau possível de independência funcional e autonomia. Esse programa será integrado o Programa de Acesso a Medicamentos, descrito mais abaixo.
- ***Saúde Mental***, destinado a tornar efetiva a Reforma Psiquiátrica no Estado, com vistas a expandir e garantir o atendimento humanizado aos indivíduos carentes de tratamento. Em adição, serão realizadas ações de prevenção e assistência para usuários e dependentes de álcool e outras drogas.
- ***Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase***, através da busca ativa de casos, diagnóstico clínico e tratamento de portadores. No caso da hanseníase ainda o cadastramento e o controle das incapacidades físicas, entre outras medidas preventivas.
- ***Ações em Saúde Bucal***, com ações educativas de incentivo ao auto-cuidado, voltadas especialmente para menores de 14 anos e gestantes, além de atenção clínica, da promoção da saúde e de ações de controle das patologias bucais.

Por fim, cabe ainda destacar que o Programa de Assistência Farmacêutica Básica do Governo Federal, que busca garantir a provisão de medicamentos básicos, excepcionais e estratégicos, deve contar com uma contrapartida mais afirmativa em ações e recursos por parte do Governo estadual, a quem compete papel decisivo no gerenciamento de recursos e assessoria aos municípios na elaboração e administração dos planos municipais de assistência farmacêutica.

Por essa razão, com objetivo de fortalecer os mecanismos estaduais de provisão de medicamentos, o Governo Rigotto estimulará a compra consorciada de medicamentos por municípios, para barateamento de custos. A parceria da Secretaria Estadual da Saúde se fará ainda através da assistência técnica aos municípios, no tocante à programação e aquisição de medicamentos. Outras iniciativas incluirão a isenção de ICMS dos produtos da cesta básica de medicamentos, a criação de um Registro Estadual de Preços e a ampliação da produção de medicamentos, especialmente os básicos, pelo Laboratório Farmacêutico do Estado.

II.5.3 SEGURANÇA PÚBLICA

• Observações Gerais

A crise da segurança pública atingiu tal extensão e gravidade em nosso país que não é despropositado comparar seus efeitos aos de uma guerra civil. O aumento exponencial da criminalidade e da violência atinge hoje de maneira indiscriminada os indivíduos e suas famílias, as instituições públicas e os locais de trabalho, as atividades produtivas e as horas de lazer. A própria convivência e cooperação social encontram-se ameaçadas.

Em grandes áreas da periferia dos maiores centros urbanos, o crime organizado substituiu as instituições estatais e impôs a sua arbitrária lei de sangue. A dolorosa experiência cotidiana dos cidadãos lhes informa que cada vez menos podem contar com o Estado para a proteção de suas vidas, de suas famílias, de seu trabalho e de seu patrimônio.

As razões dessa agressão à sociedade – agressão que não cessa de crescer – são conhecidas: a urbanização desordenada, as desigualdades sociais infamantes, a impunidade legal generalizada, a tolerância dos meios de comunicação em relação à violência, a permissividade social para com as mais variadas formas de delinqüência, o desaparecimento dos valores de cooperação social, etc.

Em outras palavras, a maré montante de violência e criminalidade é um índice assustador da desagregação das condutas sociais e da falência do Estado de Direito entre nós. Para a sociedade brasileira, enfrentar o problema da segurança com urgência e de maneira resoluta e cirúrgica tornou-se uma imposição de “saúde pública”. Trata-se muito simplesmente de salvar a vida dos cidadãos, restabelecendo a “saúde” do tecido social e as condições mínimas para a cooperação e a vida tranqüila e produtiva dos cidadãos.

O Rio Grande do Sul até bem pouco apresentava índices de segurança que, embora não fossem de modo nenhum satisfatórios, eram ainda assim bem superiores à média nacional. Enquanto em 1998 a segurança representava a quinta e às vezes a sétima preocupação da população gaúcha, hoje encontra-se em primeiro lugar, juntamente com o desemprego. Nos últimos três anos a implantação pela atual administração estadual de uma desastrosa e anárquica “política de segurança” permitiu – e segundo alguns até estimulou – um aumento impressionante da criminalidade e da violência entre nós. Enquanto em outros estados, ações efetivas de contenção do crime são postas em prática, entre nós – de caso pensado ou irresponsavelmente, não importa – cuida-se de enfraquecer o moral e a capacidade operacional de nossas forças de segurança.

O aspecto mais grave e chocante dessa “política de segurança” é a desmoralização crescente da Brigada Militar, da Polícia Civil e das demais instituições da área de segurança, conduzida de maneira metódica, com grande publicidade, pelo Governo do Estado.

Entre outras iniciativas, recorreu-se à desautorização sistemática de comandantes de unidades que de forma legal procuraram proteger o patrimônio público ou privado e garantir a segurança de cidadãos ameaçados pela desordem. O Governo do Estado recorreu ainda à quebra da disciplina e a inversão hierárquica nos órgãos de segurança, à transferências arbitrárias de militares e policiais suspeitos de não adotarem as diretrizes políticas do partido do governo e a uma política de promoções que, em lugar de premiar a competência, os resultados e a experiência, estimula, exige e impõe a submissão aos interesses estritamente partidários e a conivência com desmandos de organizações semi-revolucionárias, estranhas à administração pública.

Os órgãos de segurança, antes voltados para o cidadão, descaracterizaram-se, tornando-se órgãos de segurança “política”. O próprio vínculo entre segurança e cumprimento das leis foi afetado: as forças de segurança pública receberam, não raro, instruções para o não-cumprimento ou protelação de ordens judiciais. Símbolos importantes da auto-estima da Brigada Militar foram ostensivamente desrespeitados e retirados do controle da corporação militar. Não bastasse tudo isso, a Secretaria de Justiça e Segurança a passou levantar suspeitas e a fazer acusações generalizadas contra os policiais civis e militares do Estado, estimulando a desconfiança da população com relação ao trabalho das forças de segurança estaduais.

No plano estritamente administrativo, as condições presentes são igualmente graves. Pouco ou nada foi feito para suprir a carência de pessoal na Brigada Militar, na Polícia Civil e na Susepe, instituições que se encontram com pelo menos um terço de seus cargos vagos. Somente em Porto Alegre há um defasagem de 2000 policiais, em comparação com o efetivo de 10 anos atrás. De outra parte, o Rio Grande do Sul tornou-se um dos estados brasileiros com o menor investimento em segurança (menos 7% do orçamento), descuidando do reaparelhamento das corporações policiais exatamente no momento em que a escalada da criminalidade e a ascensão do crime organizado estão a exigir o uso de mais e melhores equipamentos e instalações. Igualmente grave é a desatenção à formação técnica e qualificação profissional dos quadros de segurança, à coleta e análise de informações confiáveis sobre índices de criminalidade, perfis de delinquentes e organizações criminosas.

A consequência visível dessa “politização” e “partidarização” da questão da segurança pública é o crescimento vertiginoso do crime e

da violência no Rio Grande do Sul. Essa escalada da criminalidade se traduz diariamente em angústia crescente nas famílias, em temor nos trabalhadores, em insegurança nas atividades econômicas e em uma gradativa paralisia da vida social espontânea. Por fim, importa lembrar que embora esse quadro de insegurança atinja todos os setores da população, ele se faz sentir com mais força exatamente entre as populações mais atingidas pela pobreza, nas comunidades da periferia, na Capital e no Interior.

Diretrizes e Propostas de Ação

As diretrizes e propostas do Governo Rigotto para a área da Segurança Pública dividem-se em ações emergenciais e programas prioritários. As ações emergenciais incidirão sobre aqueles fatores que presentemente paralisam a ação de nossas forças de segurança e dificultam a participação da sociedade no combate ao crime. Referem-se sobretudo a uma radical mudança da postura da administração pública com respeito à criminalidade e à violência e com relação à forma de tratamento que deve ser dispensado aos servidores públicos da área de segurança. Visam produzir um “choque de segurança”, uma interrupção brusca da curva ascendente do crime entre nós. Os programas prioritários descrevem iniciativas destinadas a criar ou recuperar as condições para reversão continuada e permanente dos índices de criminalidade e violência entre nós.

A primeira das iniciativas emergenciais será despartidarização imediata dos órgãos de Segurança Pública, submetendo-os a um planejamento destinado exclusivamente a promover a segurança dos cidadãos e das famílias e a garantia das atividades econômicas e sociais protegidas pelas leis. A essa despartidarização será acompanhada da reintrodução de critérios estritamente profissionais para o planejamento de atividades de prevenção e repressão do crime, para o treinamento das forças de segurança e para o estabelecimento de critérios de valorização e promoção dos servidores da área. A restituição à Brigada Militar de imóveis e instituições com ela historicamente identificados fará parte de um processo ativo de reconstituição da auto-estima das forças policiais.

A segunda das iniciativas emergenciais será a alteração radical do discurso público do Governo do Estado com respeito ao crime e a violência. Em lugar de oferecer publicamente justificativas ideológicas para a delinqüência e os delinqüentes, o Governo do Estado negociará com a sociedade uma aliança contra o crime e a violência em todos os seus níveis sociais. Esse movimento, Sociedade e Governo em Favor da Segurança Pública, envolvendo órgãos de segurança, organizações comunitárias, meios de comunicação, escolas, sindicatos, empresas, instituições religiosas, etc. tratará de reverter a atual tolerância e complacência – quando não idealização – para com ações criminosas e com o desrespeito às leis.

Em terceiro lugar, impõe-se a reestruturação administrativa da área da segurança, com a criação da Secretaria da Segurança Pública, abrangendo a Brigada Militar, a Polícia Civil, a Susepe, Detran, a Polícia Rodoviária Estadual, o Corpo de Bombeiros, o Instituto Geral de Perícias e órgãos afins. De outro lado, será criada a Secretaria de Justiça e Cidadania, a qual estarão afeitas a Defensoria Pública, a Junta Comercial, e demais órgãos não ligados a atividades de segurança pública. No âmbito da Secretaria de Segurança Pública será criado um Conselho Superior de Segurança Pública, com a finalidade de assessorar o Governo do Estado nas questões relacionadas com a segurança. Esse Conselho será integrado por representações dos órgãos policiais, por representantes do Ministério Público, da Ordem dos Advogados e representantes de diferentes organismos sociais.

Outras iniciativas de cunho administrativo incluirão a introdução de novos critérios para a lotação de policiais, através da seleção dos municípios de acordo com dados estatísticos de população, índices de criminalidade e posição geográfica, a reativação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública em todos os municípios do Estado e a criação de uma Central de Estatística Criminal que integre informações oriundas dos diferentes órgãos da Secretaria da Segurança, com a colaboração do Poder Judiciário e da Polícia Federal.

Outras medidas administrativas importantes incluem a implantação de Centros Integrados de Segurança Pública nos municípios-sede das áreas de abrangência dos Coredes, com prioridades definidas pelas comunidades, segundo índices de criminalidade, população, etc. A essa iniciativa poderá aditar-se a reinstalação dos Conselhos Regionais de Polícia Ostensiva em todos os municípios-sede de Coredes e de Delegacias de Polícia, nos quais estejam instaladas comarcas do Poder Judiciário. Programas de policiamento comunitário, especialmente em vilas periféricas de alta densidade habitacional, em integração com serviços providos por outras secretarias (p.e., saúde, educação, etc.), serão desenvolvidos a partir desses processos de cooperação com as comunidades.

Programa prioritário será o preenchimento gradativo e planejado das vagas existentes nas diversas instituições policiais. A esta iniciativa se agregará um programa de capacitação continuada e aperfeiçoamento profissional, que incluirá cursos no Brasil e no Exterior, com vistas à absorção de novos conhecimentos e tecnologias, muito especialmente na área da prevenção em segurança. De caráter complementar a esse conjunto de medidas será a criação de um Centro de Estudos e Pesquisas sobre Segurança Pública, através de convênios com universidades e centros similares existentes no Estado, no Brasil e no Exterior.

Também prioritária será implantação de programa incluindo os

investimentos necessários ao reaparelhamento das corporações policiais e da Defesa Civil e à modernização do Corpo de Bombeiros, incluindo aquisição de novas viaturas, armas, equipamentos de comunicação e informática, bem como equipamentos de proteção individual para policiais.

Por fim, o Governo Rigotto promoverá, através de discussões com os diferentes órgãos da área de segurança, uma revisão criteriosa da política de pessoal, seja no que diz respeito promoções e preenchimento de cargos, seja no tocante às demandas salariais dos servidores, seja enfim com respeito a oportunidades de aperfeiçoamento e qualificação profissional.

II.6 - AS PRIORIDADES DE INFRA-ESTRUTURA

• Preliminares: o debate político-institucional sobre o setor

Ao final da década de 90 o Brasil e o Rio Grande do Sul passaram por um profundo processo de redistribuição de encargos entre o setor público e o setor privado com relação à oferta de serviços públicos de infra-estrutura. Este processo caracterizou-se pela transferência à iniciativa privada da responsabilidade de provisão de muitos serviços de infra-estrutura e assumiu, predominantemente, a forma de privatizações.

Em nosso caso os exemplos mais significativos deste processo foram a privatização da CRT, adquirida pela Telefônica Espanhola e o complexo processo de divisão institucional e patrimonial da CEEE, que envolveu a criação de 06 novas empresas: três de distribuição, duas de geração térmica e hídrica e uma de transmissão, abrigadas por uma holding.

Duas das novas empresas de distribuição, a que atende a região Norte-Nordeste e a que atende a Centro-Oeste foram vendidas, passando a denominar-se, respectivamente RGE Rio Grande Energia S/A e AES Sul – Distribuidora Gaúcha de Energia S/A³. Já a empresa de geração térmica, a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, passou ao controle da União Federal.

Do ponto de vista comercial, as vendas da CRT e das companhias de distribuição desmembradas da CEEE tiveram um sucesso espetacular, todas elas alienadas com ágios muito elevados, configurando um processo de venda competente, exitoso e transparente.

Do ponto de vista da prestação dos serviços, pode-se dizer que essas alienações trouxeram grandes e rápidas melhorias para a área da telefonia. Já no setor elétrico os benefícios da privatização foram menos evidentes.

³ A primeira dessas empresas foi constituída pelo consórcio formado pelas empresas Votorantim, Bradesco, Camargo Corrêa, associado à operadora norte-americana Community Energy Alternatives; a segunda foi constituída pelo grupo americano AES Corporation, vencedor da licitação de venda da Distribuidora Centro-Oeste.

Independentemente desses resultados, não resta dúvida que o processo de privatização acarretou uma mudança profunda na base institucional e patrimonial da oferta de grandes serviços de infraestrutura no Rio Grande do Sul, alterando profundamente as responsabilidades e competências do setor público com relação a oferta de tais serviços.

Assim, no caso das telecomunicações, não restaram à autoridade pública rio-grandense senão obrigações regulatórias de caráter complementar aos exercidos pelo ente regulador nacional – a ANATEL – obrigações que passaram a ser desempenhadas pela AGERGS.

No caso da energia, a essas funções regulatórias somaram-se responsabilidades diretas com relação à oferta de energia, tendo em vista que o poder público guardou sob seu controle uma empresa verticalizada, estruturada nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia – a CEEE remanescente . Desse modo, as responsabilidades do setor público no setor continuam amplas e abrangentes. E tanto mais assim, quando se reconhece como parte da problemática da infra-estrutura energética do Estado o amplo leque de novos investimentos ligados a utilização do gás natural, colocados na ordem do dia pelos grandes gasodutos boliviano e argentino.

Contudo, a mudança no padrão histórico de distribuição de encargos entre os setores público e privado ocorrida no Estado não se restringiu ao programa de privatizações na área da telefonia e da energia elétrica. Outra alteração de grande escala e importância teve lugar mediante o amplo programa de concessão dos pólos rodoviários regionais, que transferiu à iniciativa privada a responsabilidade pela conservação de grande parte da malha rodoviária estadual, na qual foi implantado um amplo sistema de cobrança de pedágios.

Neste caso, muito embora o poder público estadual não tenha auferido receitas líquidas com as concessões, pode-se dizer que os efeitos fiscais do programa foram positivos, tendo em vista a desoneração do Tesouro Estadual dos encargos inerentes à conservação e melhoria da malha rodoviária.

Também neste caso é preciso ter em conta que as condições gerais do sistema rodoviário, quando examinadas pela ótica dos usuários, apresentaram melhoramentos incontroversos. Com efeito, os resultados, crescentemente positivos, verificados nos inquéritos de opinião feitos junto aos usuários do sistema rodoviário concedido atestam que o público considera que os ônus financeiros adicionais, decorrentes do pagamento dos pedágios, são suficientemente compensados pela melhoria alcançada na conservação das estradas.

Este, portanto, em linhas muito gerais, o quadro institucional em que se encontra a área de infra-estrutura do Estado. É com relação a esse desenho que todos aqueles que, como nós, habilitam-se a disputar o Governo do Estado precisam posicionar-se.

Na verdade, três parecem ser os pontos de macro-posicionamento com relação à situação institucional da área de infra-estrutura que exigem uma tomada de posição clara e inequívoca, a saber:

- a questão da privatização da atual CEEE;**
- a questão da ampliação do sistema de concessão à iniciativa privada da conservação e da ampliação da infra-estrutura rodoviária;**
- a questão da participação da iniciativa privada na área do abastecimento de água e do saneamento básico, atualmente sob responsabilidade do setor público, por intermédio da CORSAN.**

O posicionamento da candidatura Rigotto/Hohlfeldt com relação a esses três pontos, não decorre de posições programáticas e ideológicas com relação à participação da iniciativa privada na oferta dos grandes serviços de infra-estrutura.

É que no entendimento político-programático da coligação, a questão de princípio que importa firmar é que tais serviços de infra-estrutura são serviços originariamente públicos, cuja prestação não pode pautar-se pela lógica usual dos empreendimentos privados, uma vez que sua prestação precisa estar sempre e prioritariamente pautada pelo resguardo dos interesses permanentes dos usuários e consumidores. De resto, esta a razão pela qual entendemos que nesta área os encargos regulatórios são decisivos, eis que às agências de regulação cabe assumir ativa e fortemente os encargos de preservação do caráter público desses serviços e de defesa do interesse público correspondente.

Por esta razão, o modo específico em que estes serviços públicos serão prestados, se por execução direta da área estatal, se sob concessão à iniciativa privada, sob qualquer das múltiplas formas que essa pode assumir, é questão de natureza circunstancial, a ser decidida em função de critérios de bom-senso e racionalidade prática.

À luz desta orientação programática geral, nosso posicionamento com relação ao desenho macro-institucional dos grandes serviços de infra-estrutura do Estado – que, aliás, acreditamos afinar-se perfeitamente como o parecer predominante na opinião pública esclarecida do Estado – pode ser resumidamente apresentado nos termos seguintes.

No caso do setor elétrico não parece oportuno alterar o modelo atualmente vigente, uma vez que o sistema misto hoje existente apresenta um quadro muito salutar de concorrência indireta e qualitativa entre as empresas; um quadro que permite uma avaliação comparativa

permanente entre o desempenho das duas empresas privadas e da empresa pública, uma e outras servindo como balizas e referências para o desempenho das demais. O impulso positivo que este sistema de emulação estrutural e permanente pode dar ao desempenho das três concessionárias é indiscutivelmente positivo, eis que ele desmancha a situação de monopólio tradicionalmente existente nesta área e estimula a busca de padrões operacionais que mantenham as empresas em condições de suportar as comparações com congêneres atuantes em espaços geográfico-econômico-sociais contíguos.

Esta, portanto, a razão de princípio pela qual sustentamos a preservação do modelo de organização setorial atualmente vigente no Estado, defendendo, porém um reforço institucional e operacional à AGERGS, a fim de que as atividades regulatórias que são competência estadual sejam exercidas da maneira mais forte e capaz possível.

Já com relação à problemática das concessões rodoviárias, nossa posição é que, muito embora o sistema hoje em operação possa ser considerado como globalmente satisfatório, são indispensáveis alguns ajustes⁴, seja com relação ao posicionamento de praças, seja, de maneira mais abrangente, com o reforço das atividades de avaliação e controle, a serem exercidas tanto pelo DAER como pela AGERGS.

De outra parte, com relação ao futuro, às possibilidades de ampliação do sistema de concessões, a avaliação que fazemos é que, nas presentes circunstâncias, o espaço de concessões capazes de suscitar o interesse de investidores e operadores privados encontra-se exaurido.

É verdade que, se a questão da transferência para a esfera estadual da gestão das estradas federais for recolocada com a garantia do recursos vinculados, uma vez regulamentada a Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, caberá reavaliar a questão, muito embora tudo indique que, exceto no caso da BR 116, não se alcançará em nenhum caso o parâmetro ótimo para a privatização da conservação: o VDM mínimo de 5.000 veículos dia.

Por fim, com relação à área do saneamento, nossa posição é de que deve preservar-se a CORSAN como instrumento principal da atuação do poder público estadual.

Este posicionamento leva em conta, evidentemente, o sentido da recente deliberação da Assembléia Legislativa Estadual que, ao aprovar a exigência de que eventuais propostas de privatização da Companhia sejam submetidas a plebiscito, expressa uma posição de grande cautela e reserva com relação uma tal linha de enfrentamento dos problemas do saneamento público.

⁴ Em um documento de diretrizes não cabe descer à discussão de pontos tópicos e técnicos. No entanto, o clamor da opinião pública faz pensar que na Praça de Bom Princípio, no Pólo de Viamão e no caso de Farroupilha Caxias é importante reavaliar em profundidade a situação do sistema.

No entanto, as razões que temos para não cogitar da privatização nesta área agregam ao cuidado de respeitar o que parece ser o parecer majoritário da opinião pública do Estado razões de outra ordem, dentre as quais cabe destacar pelo menos duas. Em primeiro lugar, o fato legal e institucional de que sendo municipal a titularidade do poder concedente com relação à exploração dos serviços de água e esgoto, as condições de privatização no setor tendem a ser nulas, em vista da instabilidade institucional gerada pela pluralidade dos poderes concedentes, da pluralidade dos prazos de vencimento das concessões e, pelo menos em tese, da diversidade das condições de concessão prevalecentes nos diferentes casos.

Mais importante do que isso, porém, é nossa convicção de que as diferenças de economicidade dos sistemas adequados a aglomerados urbanos de porte muito diverso se compatibilizam muito mal com a privatização dos serviços, pois a prática de subsídios cruzados internos ao sistema, se é natural para a empresa pública, torna-se imediatamente questionável quando se adota a ótica privatista. Por todas essas razões, a posição da coligação PSDB/PMDB com relação ao assunto é, como afirmado acima, de preservação da CORSAN, o que não quer dizer, bem entendido, que se tenha o desempenho da Companhia como plenamente satisfatório e insuscetível de correções e ajustes.

O desafio dos investimentos setoriais

Não obstante as importantes alterações institucionais referidas acima e a despeito de avanços significativos alcançados nos últimos anos, a verdade é que as condições de provisão e oferta dos grandes serviços de infra-estrutura no Rio Grande do Sul ainda estão muito longe de atenderem satisfatoriamente as necessidades criadas pelo atual estágio de desenvolvimento econômico e social do Estado.

Na área energética as usinas de Itá e Machadinho, executadas basicamente com recursos federais, certamente contribuíram fortemente para melhorar a oferta de energia. Não obstante isso, a Região Sul do Estado continua com carecimentos graves, cujo atendimento adequado exige novos investimentos.

Na área dos transportes a situação é igualmente insatisfatória, sendo notório o estrangulamento do sistema rodoviário em toda a região metropolitana, assim como sobejamente conhecida a situação crítica tanto de vários e importantíssimos trechos da malha federal quanto da malha estadual.

Também na área do saneamento básico há ainda muito que avançar, de vez que é ainda absolutamente insatisfatória a situação do Estado no que tange ao tratamento de esgotos.

Por essa razão e sem pretender detalhar neste documento de diretrizes o Plano de Investimentos a ser executado no Governo Rigotto/Hohlfeldt,

procurarmos identificar alguns problemas críticos e elencar algumas das prioridades de investimento nesses setores essenciais.

11.6.1 ENERGIA

Muito embora o Rio Grande do Sul tenha escapado relativamente ileso da crise de abastecimento de energia elétrica que vitimou o Brasil no último ano, não se pode ter esta vantagem – que foi, afinal, de toda a Região Sul – como prova de que a situação de abastecimento energético do Rio Grande do Sul seja satisfatória, sobretudo quando se tem em vista que as previsões de crescimento da demanda por energia elétrica estimam um crescimento desse agregado em 4,8% ao ano, entre 1996 e 2007.

Além disso, é conhecida a situação de dependência da economia e da sociedade gaúchas com relação ao abastecimento energético proveniente da área central do sistema elétrico nacional e mais especificamente, da energia produzida em Itaipú. Essa dependência, além de onerosa financeiramente, coloca o Estado numa situação vulnerável, quer com relação a qualquer desacerto superveniente nos sistemas de transmissão de energia, quer com relação a eventuais problemas de geração supervenientes nas principais usinas alimentadoras.

Por essa razão, desde há muito constitui prioridade dos Governos Estaduais o aumento da geração de energia do Estado, para evitar que nossa posição no extremo meridional do sistema funcione permanentemente como um fator de incremento dos riscos a que se encontra exposto nosso sistema de abastecimento energético.

Tradicionalmente as iniciativas nesta área distribuíam-se entre os esforços para ampliar a geração de energia de fonte hídrica e as negociações sempre complexas para dar economicidade à geração de energia de base térmica, vinculada ao aproveitamento das jazidas de carvão do Estado.

No período mais recente, contudo, as grandes iniciativas tomadas para incluir na matriz energética brasileira o gás natural – iniciativas complexas, desenvolvidas conjuntamente com a Bolívia e com a Argentina – incluíram na agenda energética do Estado o pleno aproveitamento das novas oportunidades assim abertas.

Considerando-se que o gás natural é um combustível nobre e limpo entende-se porque a questão do gás precisa ser objeto da mais extrema e diligente atenção por parte da autoridade pública estadual. Para tanto, basta ter presente que, segundo estimativas recentes, o abastecimento do Estado pelo gasoduto Bolívia-Brasil poderá alcançar 1,95 milhão de metros cúbicos em 2007.

Pela mesma ordem de considerações, entende-se como vital que venha o Estado a contar com o abastecimento do gás argentino. Para

tanto, é importante solucionar com rapidez a questão referente a desvinculação dos preços de abastecimento interno das variações cambiais, cuja irresolução tem travado a extensão do gasoduto de Uruguaiana até Porto Alegre. Muito embora esta questão dependa de decisões finais a serem tomadas pela autoridade federal, a coligação PMDB/PSDB entende que o Governador do Estado tem que ser um interlocutor não apenas interessado, mas muito ativo, no esforço para conciliar os interesses divergentes sobre o assunto.

É óbvio, no entanto, que os investimentos tradicionais do setor continuam na ordem do dia e, ainda que sem entrar em detalhes, é preciso que explicitemos nossas convicções a respeito dos termos nos quais eles poderão ser equacionados.

A propósito, a primeira iniciativa a referir diz respeito à implementação do projeto CERAN – Complexo Energético Rio das Antas e que deve ser integrado pela construção de três usinas hidroelétricas de porte médio (duas de 130 MW e uma de 100MW), o qual de acordo com entendimentos em curso, devem ser realizados em parceria da CEEE com a CPFL e com a empresa ENGEVIX.

Outra prioridade de grande expressão é o desenvolvimento e implantação da usina térmica a gás em Canoas, projeto de grande relevância e economicidade, a ser desenvolvido em parceria com a Petrobrás e o Grupo Ipiranga, graças ao qual poder-se-á agregar 480 MW a oferta de energia disponível na Região Metropolitana.

Operação mais complicada, mas importante para aumentar a disponibilidade de energia na zona sul do Estado é a viabilização da usina térmica de Candiota III, operação que envolve decisões do Governo Federal via CGTEE, projeto cuja efetivação pode disponibilizar mais 350MW para o sistema gaúcho de energia. Desta mesma ordem de grandeza seria o projeto de construção da usina térmica de JACUÍ I, o qual, se realizado, atenderia aos reclamos da região carbonífera do Baixo Jacuí, com conseqüências muito positivas para aquela área econômica do Estado.

Já na área da distribuição, a prioridade deve ser a superação de vários gargalos hoje existentes, notadamente na Região Metropolitana de Porto Alegre, seja na própria cidade de Porto Alegre, submetida a interrupções e quedas de tensão freqüentes e longas, seja nas subestações de Gravataí e Cidade Industrial.

II.6.2 ESTRADAS

Como é de conhecimento geral, a malha rodoviária do Rio Grande do Sul tem um componente federal – o conjunto das BRs que cortam o Estado – maior do que a média nacional, circunstância que obriga a quem quer que se posicione com relação a problemática da infra-

estrutura rodoviária no Estado a começar pelo exame da situação em que se encontram essas estradas.

Se fizermos tal avaliação nas circunstâncias presentes, ainda que sem determo-nos em detalhes, não poderemos deixar de constatar a existência de alguns grandes problemas.

Especialmente críticos e graves são os casos da BR 386, da BR 101 no trecho entre Osório e a divisa com Santa Catarina, do trecho sul da BR/116, da BR 158 no trecho de Cruz Alta até a BR 290, casos este em que a duplicação, ou, pelo menos, a ampliação de capacidade das rodovias se impõe como urgente necessidade. Evidentemente, o Governo do Estado não pode comprometer-se à executar tais obras em estradas sob jurisdição federal, mas, de outra parte, não se pode admitir que fique a autoridade pública estadual indiferente a prejuízos econômicos e mesmo humanos trazidos pela permanência de gargalos de infra-estrutura a cada dia mais agravados. Esta a razão pela qual a candidatura Rigotto/Hohlfeldt compromete-se a colocar como pronto absolutamente prioritário de sua agenda de negociações o equacionamento dessas situações críticas.

De outra parte, como se disse acima, uma vez regulamentada a CIDE e assegurada a vinculação de recursos para os investimentos na infra-estrutura rodoviária, será tempo de retomar e aprofundar a avaliação da conveniência de assumir delegadamente a gestão das BRs localizadas no Estado e, então, no contexto desta nova situação, definir os termos de um envolvimento direto no encaminhamento de soluções para os problemas críticos recém apontados.

Apreciando agora a problemática rodoviária a partir da situação da malha estadual, também não são poucos os pontos críticos a serem considerados.

Provavelmente o problema mais agudo e o que exige uma resposta mais imediata é o do desafogamento da BR 116 na saída de Porto Alegre. Neste caso, a solução mais rápida e simples é a construção da RS 115, a ser estendida, idealmente, até a Rota do Sol, mas que se levada de Porto Alegre até Sapiranga já representaria uma importante contribuição para o descongestionamento da malha no entorno de Porto Alegre.

Assinale-se, ainda, que tendo em vista o estado relativamente adiantado das tratativas referentes ao PRODETUR SUL – programa de estímulo ao turismo cujo projeto envolve um componente rodoviário importante – pode-se ter a disponibilidade de recursos para essa obra como bastante provável, uma vez que seu traçado com certeza se constituirá em um reforço e em uma melhora importante da malha de acesso à região serrana, destacado centro da indústria do turismo no Estado.

Outra prioridade no programa rodoviário do Estado é a RS 118 que, seja no trecho VIAMÃO-LAMI, seja, ainda mais importantemente, no trecho GRAVATAÍ-SAPUCAIA, está a merecer um grande esforço por parte do Poder Público com vistas à melhoria dos fluxos de transporte na Região Metropolitana. Também especial atenção merece a RS 40 que, embora já concedida e pedageada, está a exigir pelo menos um esforço de ampliação de capacidade para atender a nova zona de expansão demográfica que está a surgir na parte sul do litoral norte do Estado.

Por fim, de interesse estratégico para o Estado, porque de enorme importância para a melhoria dos padrões globais de produtividade de nossa agricultura, é o desenvolvimento de um amplo programa de expansão de estradas vicinais. Neste caso, o equacionamento financeiro deve passar pela elaboração de projeto a ser financiado pelas Agências Internacionais – BID ou Banco Mundial – iniciativa que desde agora pode ser considerada como um compromisso inderrogável do futuro governo Rigotto/Hohlfeldt.

II.6.3. SANEAMENTO BÁSICO

A primeira das observações a fazer com relação a problemática do saneamento no Rio Grande do Sul é relativa às condições de atendimento, ao fato de que se com relação à água a situação pode-se considerar como satisfatória – uma vez que mais de 90% da população tem acesso à água tratada – o mesmo não se pode dizer no tocante ao esgotamento sanitário, pois menos de 30% dos esgotos existentes no Estado recebem tratamento adequado.

Esses dados são suficientes para deixar claro o muito que há ainda por fazer em nosso meio com relação ao desafio de garantir à população gaúcha condições de higiene comparáveis aos melhores padrões internacionais.

Em segundo lugar cabe lembrar e sublinhar um fato bem conhecido e de importância fundamental: muito embora a titularidade e a responsabilidade originária pela oferta dos serviços de saneamento básico seja, por determinação constitucional, competência municipal, no Rio Grande do Sul, como em geral no Brasil, a maior parte da oferta de serviços de saneamento tem no Governo Estadual seu principal agente. Esta situação institucional remonta às definições e opções institucionais do Plano Nacional de Saneamento – PLANASA, com a peculiaridade, porém, de que no Rio Grande do Sul vários dos maiores sistemas – a começar pelo de Porto Alegre – ficaram de fora da CORSAN.

Esta peculiaridade institucional, além de criar problemas sérios para a otimização econômico-financeira da companhia estadual, tem como

efeito secundário uma espécie de renúncia histórica da autoridade pública estadual em assumir responsabilmente uma verdadeira Política Estadual de Saneamento.

Conseqüência indireta do acima apontado é a manifestação, nos últimos anos, de uma tendência centrífuga dentro do sistema CORSAN, uma tendência ao desvinculamento de sistemas municipais importantes da Companhia que, muito embora até agora se tenha concretizado unicamente no caso de Novo Hamburgo, é perceptível em vários outros municípios, ainda que nenhuma outra decisão formal de desligamento tenha até agora se concretizado.

É exatamente para reverter essa situação de enfraquecimento estrutural, agravada, além disso, no último período de governo por um esforço de submissão da gestão da CORSAN a critérios ideológicos e partidários, que a candidatura Rigotto/Hohlfeldt propõe-se a operar uma reordenação do sistema de gerenciamento das questões do saneamento básico no Estado, incluindo-se aí uma ação sobre a própria CORSAN. As diretrizes básicas das iniciativas a serem tomadas nesta área envolverão os seguintes pontos:

- formulação de uma Política Estadual de Saneamento, em cujo âmbito competirá ao Governo Estadual funções normativas com relação a todos os segmentos do saneamento, definindo formas claras de inserção dos sistemas não operados pela Companhia Estadual nos Programas Estaduais, de modo a promover globalmente no Estado o avanço dos serviços de saneamento;**
- recuperação administrativa, operacional e financeira da CORSAN, compreendendo, preliminarmente:**
 - o estabelecimento imediato de um Contrato de Gestão com indicadores e metas claramente definidas;**
 - Uma avaliação criteriosa da situação contábil e contratual dos serviços operados; de forma a ensejar um novo modelo para a empresa que contemple:**
- implantação de uma política de participação dos municípios na gestão da Companhia;**
- avaliação da conveniência de criação de Companhias Regionais com a participação de Estado, através da CORSAN, de forma a otimizar ao atendimento dos interesses da população, razão de ser dos serviços;**
- implantação de um sistema de comparação de resultados regionais que enseje uma concorrência indireta dentro da própria companhia e que, desta forma, atenuie os maus efeitos que a situação de monopólio natural acarreta para o**

funcionamento das instituições setoriais, no nosso caso, notadamente, a CORSAN;

- exame de alternativas de capitalização da Companhia uma vez saneada financeiramente.

II.7 – O DESAFIO DAS CONTAS PÚBLICAS

A administração das finanças públicas constitui o maior desafio a ser enfrentado pelo futuro Governo do Estado. Para fazer frente as diferentes despesas do setor público, historicamente superiores às receitas disponíveis, os governos estaduais das últimas décadas recorreram a quatro fontes tradicionais de financiamento de seus sucessivos déficits: o aumento de alíquotas e de cargas tributárias, a alienação de patrimônio público, o recurso à operações de crédito nacionais e internacionais e, mais recentemente, a saques contra o Caixa Único.

Todas essas fontes de financiamento do déficit público encontram-se hoje ou esgotadas ou carentes do apoio político necessário para sua utilização. Ao mesmo tempo, a atual estrutura das despesas e encargos governamentais, de caráter compulsório, apresenta enorme rigidez e está em crescente descompasso com uma expectativa realista no tocante aos montantes de receitas oriundas de impostos estaduais e transferências constitucionais da União.

Em vista desse quadro, não apenas o cumprimento das obrigações do Estado com o pagamento de pessoal, a manutenção de suas atividades regulares e o pagamento dos encargos da dívida pública encontra-se ameaçado, mas igualmente as perspectivas de investimento público vêm-se reduzidas a montantes claramente insatisfatórios, incompatíveis com os valores necessários para uma ampliação das funções sociais do Estado e para sua intervenção eficaz no processo econômico estadual.

Não bastasse isso, o futuro Governo do Estado deverá enfrentar as conseqüências imediatas do déficit público acumulado, que poderá alcançar cerca de R\$ 4.5 bilhões até o final de 2002. (Somente os saques contra o Caixa Único, sem expectativa de reposição, alcançam hoje o montante de R\$ 1.4 bilhões.) Se a isso aditarmos a pressão montante do dispêndio com pessoal, de perfil ascendente – aumento previsto de 12% na folha, (considerando-se apenas os aumentos já aprovados) crescimento vegetativo e devolução de valores retidos de determinadas categorias – chega-se a uma despesa anual de R\$ 7 bilhões.

Outros fatores adicionais incidirão negativamente sobre a saúde das contas públicas estaduais. Mesmo que ignoremos os efeitos deletérios da provável utilização de receitas de 2003 para o fechamento

do exercício de 2002, do atraso nos repasses devidos aos municípios e dos compromissos não saldados com fornecedores, ainda assim estaremos obrigados a considerar a situação deficitária do IPE, a incerteza na arrecadação do ICMS, o decréscimo das receitas de transferência, os pagamentos crescentes do serviço da dívida pública, e os pagamentos não honrados de precatórios.

Este quadro permite estimar para 2002 e 2003 gastos da ordem de 102.4% e 105.3% com despesas correntes e serviço da dívida, relativamente às receitas correntes. Esses dados, elencados de maneira sumária, são suficientes para indicar quão grave é e continuará sendo no próximo quadriênio governamental o estado de saúde das finanças públicas estaduais.

Não há como negar que tal deterioração dos contas estaduais parece indicar a estagnação da capacidade do Estado de promover políticas econômicas e sociais condizentes com as necessidades e as demandas da comunidade rio-grandense.

Nessa perspectiva, parece forçoso pensar que nos próximos anos as atividades de governo se limitarão a tarefa menor de reduzir a escala e a qualidade dos investimentos e dos serviços públicos, para assim fazer frente a um déficit insanável no curto prazo. Além disso, tal quadro de dificuldades não permite que o administrador responsável desenhe para os eleitores gaúchos soluções excessivamente otimistas, cujos resultados seriam visíveis já no curto prazo. Na verdade, medidas tais como cortes na conta de custeio e redução temporária de investimentos com recursos próprios serão prudentes e inevitáveis em um primeiro momento.

Não obstante isso, antes de apresentarmos as alternativas e diretrizes para a condução das finanças públicas no futuro Governo Germano Rigotto, devemos chamar desde logo atenção para uma distorção muito difundida, fonte de oneroso e paralisante pessimismo, que acompanha o reconhecimento do cenário há pouco descrito.

Esta distorção consiste em generalizar e estender percepção das dificuldades financeiras do setor público, passando-se, indevidamente, a avaliar a situação de toda a área governamental e, mais, da própria economia e sociedade gaúchas, a partir dessas referências críticas e negativas.

O que queremos dizer é que, ao assim proceder, precede-se, inadvertidamente, a uma restrição indevida da contribuição do setor público para as diferentes dimensões da cooperação social apenas à geração contínua de novos investimentos e projetos e com isso põe-se em segundo plano a imensa e decisiva contribuição que a adequada prestação e a melhoria dos serviços públicos correntes já existentes pode trazer ao desenvolvimento econômico e social. Pois, não pode

restar qualquer dúvida que melhores serviços públicos na área de segurança, saúde e educação, obtidos através de uma definição mais adequada de prioridades e de um melhor gerenciamento dos recursos humanos e equipamentos disponíveis tem um impacto positivo direto sobre os fundamentos da cooperação social e indireto sobre os condicionantes sociais e culturais da ação econômica das empresas e dos trabalhadores.

De outro lado, a preocupação com as dificuldades financeiras do setor público não nos deve fazer esquecer que, no Rio Grande do Sul, o dinamismo econômico do setor privado encontra-se preservado e, em alguns setores, até mesmo intensificado, não obstante a gravidade da condição das finanças governamentais.

Aliás, a esse respeito, observe-se que qualquer política de incentivo às exportações que venha, como será inevitável, a ser adotada em plano federal pelo próximo governo, desencadeará uma resposta positiva por parte da economia gaúcha, pelas razões já expostas acima, vinculadas ao peso que as atividades de comércio exterior têm em nossa economia.

Desse ponto de vista, uma participação vigorosa do futuro governo estadual na formulação de uma política nacional de exportações, de molde a favorecer os setores da economia rio-grandense voltados para o comércio exterior, terá certamente um impacto positivo sobre as finanças públicas estaduais, ainda que indiretamente, via efeito renda, a despeito, portanto, da desoneração tributária dos exportados.

Seja como for, as iniciativas do futuro Governo Germano Rigotto com relação às finanças estaduais se distribuirão por quatro áreas de intervenção: a) ações sobre a receita; b) ações sobre o perfil dos gastos públicos; c) medidas com vistas ao financiamento do déficit; d) implementação de uma nova política de investimentos.

Ações sobre a Receita

Ainda no primeiro ano de governo, serão enfrentadas as principais fontes de pressão sobre o equilíbrio financeiro do setor público estadual. Se possível, no primeiro semestre de 2003, no que toca à questão do IPE e em geral do sistema de aposentadoria dos servidores, o Governo Germano Rigotto enviará ao Poder Legislativo projeto propondo sua reestruturação, desde que concluída, evidentemente, a aprofundada negociação que é preciso ter com todas as partes direta e indiretamente afetadas pela questão. No que toca ao sistema assistência médico-hospitalar, o projeto de lei deve incluir medidas que impeçam o desvio dos recursos destinados à prestação do atendimento de saúde para outras finalidades.

No entanto, os problemas decorrentes do impacto das despesas com inativos não se reduz à questão das pensões, mas envolve todo o sistema de pagamento das aposentadorias, razão pela qual é preciso que o Estado conceba um novo sistema de previdência social de longo prazo. Um tal sistema deverá satisfazer os seguintes requisitos: 1) assegurar a cobertura do passivo previdenciário relativo aos atuais servidores, inclusive pensões, assumindo-o como uma dívida pública, de montante e prazo de vencimento globalmente conhecidos; 2) constituir um novo sistema de previdência, dividido em um sistema básico, com contribuição e teto de benefícios definidos e um sistema complementar, em regime de capitalização, ambos oferecidos aos novos servidores e aberto ao ingresso opcional do quadro atual dos funcionários públicos; 3) assentar o novo sistema em alíquotas de contribuição compatíveis tanto com as disponibilidades dos servidores como com a capacidade contributiva do Estado, respeitando, por óbvio, os requisitos de equilíbrio atuarial do novo sistema.

A questão da redução das receitas de transferências (Lei Kandir e Fundo de Exportações) será colocada como prioridade número um do esforço do Governo para preservação das receitas públicas do Estado. Concretamente isto implicará abrir imediatamente negociações, não apenas técnicas, mas também políticas com o Governo Federal e o Congresso, a fim de viabilizar a prorrogação da Lei Kandir e do Fundo de Exportações, de modo a manter os mecanismos de compensação para as perdas gaúchas com exportações.

Ainda com relação à negociações com o Governo Federal, buscar-se-á a substituição gradativa de contribuições federais por tributos partilhados, por exemplo, no caso do PIS, do COFINS, da CPMF e da CIDE. Na mesma direção, o Governo Germano Rigotto participará ativamente na negociação de uma reforma tributária abrangente, que contemple adequadamente as características do setor produtivo gaúcho.

No que toca ao grave problema do serviço da dívida pública, negociações serão iniciadas de pronto, buscando, de um lado, a redução do comprometimento mensal desse encargo, em conjunto com outros estados e, de outro lado, a busca de compensação no pagamento da dívida, de despesas assumidas pelo Estado em obras e ações de competência e jurisdição federal, como é o caso das rodovias conhecidas como RST e de ações no Porto de Rio Grande, entre outras.

Iniciativas na área tributária não incluirão, por inconveniente e inoportuno, projetos destinados ao aumento de impostos.

Contudo, diversas medidas destinadas a ampliar a base tributária, como por exemplo o exame dos níveis de contribuição dos setores com queda expressiva na arrecadação recente, o acompanhamento

mais adequado dos setores expressivos da economia estadual e a introdução de controles automatizados das operações dos contribuintes, em tempo real, serão iniciativas indispensáveis para a preservação e incremento do nível das receitas tributárias. Medidas adicionais como convênios com prefeituras para fiscalização do IPVA, simplificação da legislação tributária, maior eficiência na cobrança da dívida ativa e ampliação sistemática de substituição tributária serão igualmente implementadas com presteza.

Ações sobre o Perfil dos Gastos Públicos

Nessa área impõem-se de imediato medidas saneadoras destinadas a estancar o surto irresponsável de empreguismo populista desencadeado pela atual administração, entre outras medidas, com a redução expressiva do número de cargos em comissão desnecessariamente multiplicados. Na mesma direção, será indispensável um melhor aproveitamento do capital de experiência de capacitação técnica dos servidores existentes, com frequência disperso ou alocado em atividades de importância secundárias ou não prioritárias. Complementarmente, serão instituídos indicadores de desempenho e avaliação das diferentes atividades do Governo Estadual, com a participação ativa dos setores sociais por elas visados. Esse conjunto de iniciativas, aqui apenas parcialmente exemplificado, será empreendido no espírito e contexto da Nova Aliança entre Governo, Sociedade e Servidores que vem descrito em passagem anterior deste documento.

Um Programa de Racionalização de Despesas de Custeio, a ser implementado prontamente, após rigoroso exame da situação legada pela administração estadual que ora finda, incluirá medidas tais como: a) uso intensivo de tecnologias de informática (Internet e Intranet); b) incentivo ao auto atendimento; c) redução de gastos com aluguel com a utilização de imóveis recebidos em dação; d) concentração de órgãos e atividades estatais no mesmo prédio, especialmente no interior do Estado; e) gerenciamento e renovação da frota do Estado através de leasing; f) maior autonomia local para decisão sobre pequenos gastos, com acompanhamento da comunidade.

Financiamento do Déficit Público

No que diz respeito a fontes para o financiamento do déficit público, além das medidas mencionadas acima, destinadas a incrementar a arrecadação do ICMS e aumentar o ritmo e os montantes da cobrança da dívida ativa, cabe destacar dois programas: a) a criação de Contas de Mútuo para a poupança do funcionalismo público, que ofereçam aos servidores a opção de dedução de suas aplicações diretamente do contra-cheque, com remuneração superior à oferecida pelas cadernetas de poupança do sistema financeiro; b) a venda de

excedentes dos controles acionários de empresas públicas; c) venda de imóveis sem uso, pertencentes ao Estado, com destinação de parte dos recursos para o PROCRED. A esse conjunto de iniciativas deve-se acrescentar as medidas destinadas a fortalecer a base tributária do Estado, anteriormente descritas.

• *Política de Incentivos Fiscais*

Conforme o anteriormente apresentado em outras partes deste documento, o Governo Rigotto/Hohlfeldt entende da maior prioridade para o Estado estimular a diversificação e a modernização de nossa matriz produtiva. Por essa razão o Estado desenvolverá uma política ativa de atração de investimentos, dentro da qual a negociação de incentivos fiscais será estratégica.

À primeira vista poder-se-ia pensar que uma tal política é contraditória com a necessidade de saneamento financeiro do setor público sobre a qual vimos insistindo. No entanto, embora o ponto seja reconhecidamente delicado, a política de atração de investimentos não precisa e não deve ser gravosa em termos fiscais.

Na verdade, para que a política de incentivos seja consistente do ponto de vista fiscal, é indispensável a satisfação de três condições, a saber:

- que os investimentos incentivados sejam claramente dependentes dos incentivos, no sentido de que na falta desse apoio governamental ou eles não se verificariam, ou haveria a postergação de longo prazo das decisões empresariais;
- que o somatório das estimativas de incremento da receita tributária do Estado em função do incremento do consumo gerado pelo novo investimento, somado ao incremento da receita produzido diretamente, na esfera produtiva, pelos encadeamentos à montante e à jusante do investimento incentivado, seja superior à perda da receita fiscal decorrente dos incentivos concedidos.

Respeitadas tais condições, a política de atração de investimentos, longe de vir a tornar-se um fator de debilitamento das contas públicas poderá vir a ser, ao contrário, em prazo médio, um importante elemento para seu reforço.

Na verdade, é preciso entender que não há solução mirculosa para o problema do equilíbrio das finanças estaduais, cujo equacionamento dependerá da aplicação consistente e convergente de todas as iniciativas elencadas até agora: redução temporária das despesas, compensações por perdas tributárias decorrentes do peso na economia estadual das atividade de comércio exterior, política arrecadatoria, inclusive cobrança da dívida ativa, mais eficaz e, como vimos insistindo

por último, luta permanente pelo incremento do desenvolvimento econômico, combinada, convém acrescentar, a aumentos significativos da produtividade dos serviços públicos, a fim de que as demandas de aumento de qualidade e abrangência de tais serviços não impactem linearmente a despesa pública.

Este documento, agora submetido à discussão pública, resultou de um amplo debate com quadros e dirigentes dos partidos que integram a coligação União pelo Rio Grande, bem como importantes lideranças setoriais.

O trabalho foi coordenado pela Fundação Ulysses Guimarães do Rio Grande do Sul e pelo Instituto Teotônio Vilela. A redação final coube à Direção da Fundação Ulysses Guimarães-RS.

Porto Alegre/2002